

UM ANO DEPOIS
24 das 36 ações sugeridas
pela CNI avançaram

CÂMBIO
Taxa deve
oscilar menos

ENERGIA
SENAI renova convênio
com a Alemanha

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 2 | nº 11 | Abril 2017

CORAGEM PARA VENCER O JOGO

O XADREZ DA POLÍTICA
NÃO PODE IMPEDIR
O PAÍS DE SAIR DA CRISE



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

EDITAL DE INOVAÇÃO PARA A INDÚSTRIA. SUAS IDEIAS NAS MÃOS CERTAS.

Se você imagina a indústria de uma forma nova, mais dinâmica e moderna, inscreva sua ideia no Edital de Inovação para a Indústria. Este ano, SENAI, SESI e SEBRAE investirão mais de R\$ 50 milhões no desenvolvimento de produtos, processos e serviços inovadores, além de todo o apoio técnico, caso sua ideia seja qualificada. E outra novidade: além de inscrever suas ideias, você também poderá apresentar solução criativa para os desafios de outras empresas.

Não perca a chance de fazer parte do futuro da indústria brasileira. Acesse editaldeinovacao.com.br

Realização:



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria

CARTA AO LEITOR

A primeira rodada, em 2017, da pesquisa CNI-Ibope mostrou que a aprovação do presidente Michel Temer caiu de 13%, em dezembro, para 10%, em março. Por outro lado, nesse mesmo mês, a confiança do empresário industrial chegou a seu maior nível desde 2014. O descompasso entre o pessimismo da opinião pública e o otimismo do setor produtivo está no entendimento do alcance das reformas em curso no Congresso Nacional.

A aprovação do teto de gastos para o governo federal, no final do ano passado, deu previsibilidade sobre as contas públicas. A regulamentação da terceirização, ocorrida em março último, dará às empresas segurança jurídica e a desempregados novas oportunidades de colocação profissional. Mas para construir um ambiente de negócios mais favorável e reaquecer a economia, ainda faltam as reformas da Previdência, trabalhista e tributária.

Há, hoje, grande consenso entre dirigentes industriais, economistas e analistas políticos sobre essas três reformas constituírem a prioridade da agenda legislativa brasileira. Da mesma forma, há notável preocupação sobre a capacidade do governo Temer de ver aprovadas suas ambiciosas propostas ainda este ano, conforme revela a reportagem de capa desta edição. Em resumo, se os primeiros testes legislativos foram bem-sucedidos, as novas partidas do xadrez político em Brasília serão cada vez mais complicadas. Ainda assim, é hora de enfrentar os desafios para que o país volte a crescer.

Esta edição também traz um balanço do que avançou na lista das 36 medidas para tirar o Brasil da crise, apresentadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao governo, em abril do ano passado. Quatro propostas foram integralmente implementadas, 20 outras tiveram avanços consideráveis e 12 ainda não saíram do papel. Todas elas, contudo, seguirão na pauta da CNI, que vê muito mais convergências do que divergências no diálogo com o atual governo.

Outros assuntos importantes deste número são a nova Lei de Licenciamento Ambiental, que tramita na Câmara dos Deputados, o processo de robotização da indústria nacional, que deve ser acelerado nos próximos anos, e a renovação de convênio entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Sociedade Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), que vai capacitar mão de obra brasileira no uso de fontes alternativas de energia, como a eólica, a solar e a fotovoltaica, entre outras.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edilson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Gleice Mere

Iara Vidal

Vivaldo de Sousa

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmito | FSB Design

André Monteiro

Daniel Barroca

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



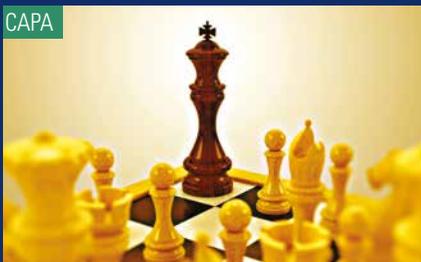
ARTIGO DO PRESIDENTE

6



SUMÁRIO

CAPA



REPORTAGEM DE CAPA

As reformas possíveis em 2017: Previdência, trabalhista, terceirização e tributária

8

AGENDA LEGISLATIVA



AGENDA LEGISLATIVA

A nova Lei de Licenciamento Ambiental

30

GIRO BRASIL



GIRO BRASIL

Roraima lança prêmio de pesquisa sobre limitadores da competitividade no estado

40

INFOGRAFIA

Entenda o que pode mudar em cada área com os novos marcos regulatórios

16

COMPETITIVIDADE

CÂMBIO

Empresários pedem intervenção do Banco Central para dar estabilidade ao real

32

LAÉRCIO OLIVEIRA

Deputado diz que terceirização trará segurança e emprego

18

HUMBERTO DANTAS

Cientista político acredita que base parlamentar testará o governo

20

PARA SAIR DA CRISE

Balanco mostra que 24 das 36 medidas sugeridas pela CNI avançaram no último ano

22

ROBOTIZAÇÃO

Indústrias nacionais planejam aumentar a presença de robôs e acelerar a produção

34

TERMÔMETRO ECONÔMICO



TERCEIRIZAÇÃO

Estudo mostra que dois terços das empresas não adotam o modelo por insegurança jurídica

36

GIRO GLOBAL



GIRO GLOBAL

Início do Brexit gera incertezas em todos os parceiros comerciais do Reino Unido

42

SESI / SENAI / IEL



ENERGIA

SENAI renova convênio com alemães para treinamento no uso de fontes alternativas, como eólicas e solares

44

INDÚSTRIA EM AÇÃO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

Brasil será sede do Fórum Mundial da Água em 2018

28

TERMÔMETRO

Otimismo dos empresários é o mais alto desde 2014

38

TEMPO DE REFORMAS

O país precisa de reformas estruturais para voltar a respirar, melhorar o ambiente de negócios e retomar o caminho do desenvolvimento. A retirada dos obstáculos à atividade econômica e, mais do que isso, os incentivos ao crescimento são medidas importantes em qualquer momento da trajetória das nações. Essa atitude é ainda mais necessária quando se atravessa um período de crises, como a profunda recessão com a qual forçosamente o Brasil convive há dois anos.

Entre as reformas essenciais, destacam-se as que se propõem a reequilibrar as contas públicas, as que alteram as regras da Previdência Social, e as que modernizam as leis trabalhistas e tributárias. Perdemos a oportunidade de fazer essas mudanças, que sempre suscitam resistências de quem se apegava a privilégios ou simplesmente teme o novo, quando a economia crescia. Agora, o governo e a

sociedade brasileira terão que enfrentar a batalha em cenário desfavorável.

O descontrole nas contas públicas desorganiza completamente as bases da economia, pois faz o Estado se apropriar de mais e mais recursos das empresas e dos trabalhadores. O governo federal anunciou uma projeção de déficit de R\$ 129 bilhões em 2018, após um resultado negativo de R\$ 139 bilhões como meta neste ano. Só em 2020, espera-se um superávit, ainda que pequeno — apenas R\$ 10 bilhões.

A reforma da Previdência é imprescindível. Acabar com regimes diferenciados de benefícios é uma questão de justiça com todos os brasileiros. Mudar as regras atuais vai assegurar a viabilidade financeira da mais importante rede de proteção social do país e o pagamento das aposentadorias no futuro. Reduzir o déficit previdenciário, estimado em R\$ 189

bilhões neste ano e R\$ 202 bilhões em 2018, geraria condições para o aumento dos investimentos públicos e para a expansão sustentada da economia.

Da mesma forma, o país não consegue crescer em ritmo satisfatório tendo que conviver com a atual legislação trabalhista, feita para um mundo que não existe mais. Modernizar as normas que regem as relações de trabalho, com ênfase na valorização da negociação coletiva, vai incentivar contratações e geração de renda. O resultado é um estímulo ao consumo, à poupança e à produção, sem que se toque em nenhum direito constitucional dos trabalhadores.

O sistema tributário brasileiro é um verdadeiro caos. Impõe às empresas a obrigação de lidar com um emaranhado de códigos, leis, decretos, portarias e instruções normativas que criam custos desnecessários e um pesadelo burocrático difícil de entender. As diretrizes da reforma tributária, que também é fundamental, devem ser a simplificação do regime; a desoneração da produção, dos investimentos e das exportações; e a diminuição do peso dos impostos sobre a iniciativa privada.

O governo atual está empenhado em promover as mudanças de que o país necessita e já enviou, para a análise do Congresso Nacional, propostas nas áreas das finanças públicas, da Previdência Social e da legislação trabalhista – falta, entre outras, a tributária. Depois de muita espera, vivemos,

enfim, um tempo de reformas. A indústria apoia essas iniciativas e vai, como sempre, se esforçar para ver aprovadas, o quanto antes, as medidas para fazer a economia crescer e o país voltar a prosperar.



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Robson Braga de Andrade

ESTÁ MAIS DIFÍCIL, MAS É PRECISO AVANÇAR

A APROVAÇÃO DA PRÓXIMA TRINCA DE REFORMAS DO GOVERNO TEMER – PREVIDENCIÁRIA, TRABALHISTA E TRIBUTÁRIA – SERÁ MUITO MAIS COMPLICADA DO QUE A PEC DO TETO, DIZEM OS ANALISTAS



No jogo político, como nos demais jogos, vencer uma etapa, normalmente, significa enfrentar um desafio mais difícil na rodada seguinte. Depois de conseguir a aprovação, no final de 2016, da proposta de emenda constitucional que limita o crescimento dos gastos públicos, o presidente Michel Temer passa agora por uma nova fase de negociações com o Congresso Nacional, em que pretende aprovar um importante conjunto de reformas para melhorar o ambiente de negócios no Brasil, estimular a economia e gerar empregos.

Muita coisa vem avançando. A terceirização foi aprovada após 19 anos de tramitação, há um cronograma acelerado para a reforma trabalhista, a proposta que regulamenta o lobby representa um excelente avanço e já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Além disso, a convalidação dos incentivos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ganhou regime de urgência na Câmara e deve trazer segurança para investimentos realizados no Brasil. Mas é preciso ir além.

Na área econômica, as principais reformas em discussão tratam de mudanças na Previdência, na legislação trabalhista e no sistema tributário. O governo estima que todas as propostas devem ser aprovadas, ainda em 2017, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, mesmo que com alterações durante sua tramitação.

Em palestra para empresários e executivos reunidos em Brasília pelo *Council*

of the Americas, no final de março, Michel Temer afirmou que essas mudanças são necessárias para tirar o país de sua crise econômica mais profunda das últimas décadas. “Vamos aprovar, com uma ou outra adequação, a reforma da Previdência, que é importante para equilibrar o sistema previdenciário brasileiro”, destacou o presidente, com certa dose de otimismo durante o evento. Horas depois, após reunião com lideranças da base de apoio ao governo, o próprio peemedebista foi obrigado a anunciar, no Palácio do Planalto, que os servidores estaduais e municipais seriam retirados da proposta enviada ao Congresso Nacional, para facilitar sua tramitação. Com isso, a reforma atingirá somente os servidores públicos federais e os trabalhadores que se aposentam pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ou seja, se aprovada, a reforma equilibrará apenas parte do sistema previdenciário brasileiro.

O conteúdo simbólico dessa mudança indica que o governo terá de negociar cada uma das reformas com deputados e senadores, apesar do forte apoio obtido até agora nas votações da Câmara. Desde que Temer assumiu interinamente o governo, em maio, foram realizadas 154 votações, nas quais 436 deputados votaram com o governo em 50% das vezes ou mais. “Todas as reformas têm chance de serem aprovadas ainda neste ano. A previdenciária é a prioridade número um do governo. Nossa expectativa é de que, até setembro, a votação esteja concluída

tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado”, afirma o cientista político Cristiano Noronha, sócio e vice-presidente da consultoria Arko Advice.

“O principal tema é a reforma da Previdência. Como complementa a medida de controle dos gastos públicos, o governo tem de centrar fogo nela, ainda que a proposta original sofra algumas mudanças”, concorda Rafael Cortez, cientista político da Tendências Consultoria. “Acredito que o essencial da proposta deve ser aprovado até o início do segundo semestre, apesar de haver um risco de cair a igualdade de idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres”, diz o consultor. Segundo ele, se tivesse

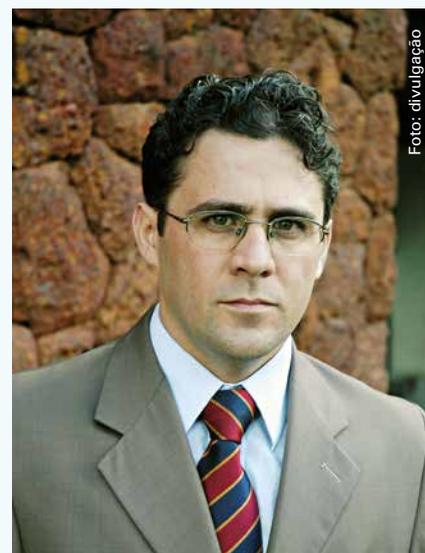


Foto: divulgação

Cristiano Noronha, da Arko Advice, diz que até setembro a reforma da Previdência estará aprovada, também, no Senado



Foto: Wilson Dias / Agência Brasil

Analistas políticos acreditam que o Congresso deve aprovar a reforma da Previdência em 2017, mas depois de uma longa negociação

mais tempo, o governo poderia tentar endurecer a negociação. “Mas para ter repercussão econômica em 2018, a proposta precisa ser aprovada ainda neste ano”, analisa Cortez.

Estudo feito pelo Ministério da Fazenda mostra que, se as regras da Previdência Social não forem alteradas, as despesas do INSS vão passar de 8,1% do Produto Interno Bruto (PIB), registrados em 2016, para 17,2% em 2060. Cortez, da Tendências Consultoria, avalia que a aprovação da reforma previdenciária neste ano poderá ajudar a economia a crescer 2% em 2018. “Na ausência de

uma reforma da Previdência, o cenário é de crescimento zero”, estima.

Conforme dados da Eurostat divulgados pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o valor da aposentadoria no Brasil corresponde a 76% do salário, enquanto nos países europeus essa taxa de reposição é de 56%. Segundo o ministro, aposentadorias especiais e por tempo de contribuição fazem com que a idade média de aposentadoria no Brasil esteja entre as mais baixas do mundo e estimule os trabalhadores a saírem do mercado de trabalho no auge de sua capacidade produtiva.

Em função das críticas dos parlamentares, o governo concordou em mudar alguns pontos da proposta de reforma da Previdência Social enviada ao Congresso Nacional. Na aposentadoria rural, o relator da proposta, deputado Arthur Maia (PPS-BA) deverá manter em 60 anos a idade mínima para homens e elevar, gradualmente, a das mulheres de 55 para 60 anos. Na proposta original do governo, a idade mínima seria de 65 anos para todos. Maia também negociou com o governo mudanças nas regras de transição, que, segundo ele, deverão ser mais suaves num período maior que o proposto na proposta enviada por Temer.

País	Idade média de aposentadoria
México	72
Coreia do Sul	71
Chile	69
Japão	69
Portugal	68
Islândia	68
Israel	67
Nova Zelândia	67
Suíça	66
Suécia	66
Estados Unidos	65

Austrália	65
Noruega	65
Irlanda	65
OCDE-média	64
Canadá	64
Reino Unido	64
Estônia	64
Holanda	64
Dinamarca	63
República Tcheca	63
Eslovênia	63
Turquia	63

Espanha	62
Polônia	62
Alemanha	62
Grécia	62
Áustria	62
Finlândia	62
Itália	61
Eslováquia	61
Hungria	61
França	60
Bélgica	60
Brasil	59
Luxemburgo	58

Fonte: OCDE (dados de 2012, média referente aos últimos cinco anos) e Ministério do Trabalho e Previdência Social (dados de 2015 dos benefícios concedidos)
Obs.: Em 2012, a idade média de aposentadoria dos homens no Brasil era de 59,2 anos.
Elaboração: Ministério da Fazenda

Para o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, todas as reformas enviadas pelo governo Temer deveriam ser aprovadas, na sua integridade, em 2017. “Este é um ano em que o Legislativo vai funcionar plenamente. No ano que vem teremos eleições e o debate da reforma política. Ou aproveitamos essa janela de oportunidade para fazer todas essas mudanças para o Brasil ou ficará para 2019”, avalia. Na lista de prioridades do dirigente, a aprovação da reforma previdenciária também aparece como a mais urgente, seguida pela trabalhista e pela tributária. Apesar de defender a aprovação na íntegra do projeto do governo, ele acredita que todos os partidos podem contribuir para aprimorar as regras propostas.

No Congresso, de fato, o ânimo é favorável à aprovação, desde que com intervenções no texto original. “Sabemos que algumas modificações serão feitas, como as regras de transição e a aposentadoria rural, mas elas não devem comprometer o conjunto da proposta”, afirma o deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), líder da Maioria na Câmara dos Deputados. “Vamos fazer alguns acertos de texto a partir do que estamos ouvindo na base do governo”, disse. Uma das

mudanças em negociação prevê reduzir de 49 anos para 40 anos o tempo de contribuição exigido para que o segurado possa se aposentar com base no valor máximo de contribuição, a chamada aposentadoria integral. Hoje, o tempo mínimo de contribuição é de 15 anos.

Para o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), a reforma é necessária para tornar a Previdência Social e a aposentadoria mais justas. “Você não pode deixar que uns se aposentem com 50, 55 anos e outros não possam se aposentar nunca. Nós vamos fazer uma reforma, sim, para tornar mais justa a aposentadoria. Ex-ministro da Previdência Social nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR) disse que “há um consenso de que o agricultor familiar deve ser protegido, embora a questão de quais categorias proteger mais ou menos seja polêmica”.

Segundo o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), “todas as reformas são importantes e, infelizmente, vêm com grande atraso”. Segundo ele, a questão previdenciária, no entanto, causa grande preocupação por causa do montante que representa. “E quanto mais atraso, maior a preocupação”, diz o parlamentar mineiro. “Acho importante resolvermos

logo essa situação para garantirmos os direitos dos cidadãos que hoje estão pagando a Previdência e, a continuar como está, não terão a certeza de receber sua aposentadoria no futuro porque o sistema está fadado à falência”, lembra o tucano. No Senado, antecipa Anastasia, o PSDB já se posicionou contrário à mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC). “E acredito que ainda devemos discutir a questão do trabalhador rural e das regras de transição”, adianta, indicando uma tramitação mais lenta depois da aprovação na Câmara.

Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Ricardo Tripoli (SP) avalia que a reforma previdenciária deve ser aprovada neste ano com alguns ajustes. “Estou otimista. Acho que temos todas as condições de fazer nossa parte nesse ano”. Segundo ele, essa reforma é urgente por vários motivos. “Sem ela teremos rombos sucessivos e crescentes. Com a lei que restringe o aumento dos gastos, o país vai ter um orçamento cada vez mais achatado se não ajustar a Previdência”. Em 2016, conforme dados do Ministério da Fazenda, o déficit do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ficou em R\$ 151,8 bilhões, em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

SE NADA FOR FEITO, AS DESPESAS NÃO PREVIDENCIÁRIAS LOGO SERÃO PRESSIONADAS

	RGPS/RPPS (A)	BPC LOAS/RMV (B)	Demais despesas (C)	100% do teto dos gastos (A + B + C)
2017	50,4	4,2	45,4	100
2018	52,4	4,4	43,7	100,4
2019	54,4	4,6	42,5	101,3
2020	56,5	4,9	41,0	102,5
2021	58,7	5,2	39,8	103,7
2022	61,1	5,5	38,5	105,1
2023	63,5	5,9	37,2	106,6
2024	66,1	6,2	35,9	108,3
2025	68,8	6,6	34,6	110,0
2026	71,6	7,0	33,3	111,9

1. Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos
2. Benefícios de Prestação Continuada (BPC), previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV)

Fonte: Ministério da Fazenda

Na Câmara dos Deputados, a banca do PSDB, uma das mais fiéis ao governo Temer, deve apresentar proposta de alterações ao texto enviado pelo governo. “Acreditamos que o projeto possa ser melhorado. Apoiamos a idade mínima, o tempo de contribuição e a igualdade de gênero. Há consenso de que tanto o Benefício de Prestação Continuada (BPC) como as pensões por morte devam manter o piso de um salário mínimo”, afirmou Tripoli. Segundo ele, também há convergência entre os deputados tucanos quanto ao aperfeiçoamento de pontos como a regra de transição, que exigirá um tempo adicional de contribuição e uma idade mínima para quem está próximo de se aposentar, e a aposentadoria rural.

Embora a exigência de idade mínima para ser aposentado tenha recebido críticas, o deputado Pauderney Avelino (DEM), defende a medida. “Devemos fazer uma reforma que permita que, no futuro, os segurados da Previdência possam ter condições de receber as suas aposentadorias e pensões. A meu ver, uma coisa que dá mais legitimidade a essa reforma é que todos estão incluídos”. Segundo ele, contudo, se mexer muito no texto a



Foto: Guilherme Kardel

Martins (CBIC) lembra que terceirização é sinônimo de produtividade

proposta perde sua eficácia.

Embora o governo tenha retirado servidores estaduais e municipais da reforma, cujas regras serão definidas pelos Legislativos locais, o déficit com o pagamento de aposentadorias e pensões nos estados e municípios é elevado. Nas estimativas do Tesouro Nacional, atingiu R\$ 89,6 bilhões em 2016. Um relatório do

Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que, de 2.089 regimes analisados, 454 apresentavam um déficit consolidado de R\$ 48,7 bilhões em 2014 e outros 1.675 tinha um resultado financeiro positivo de apenas R\$ 16,2 bilhões. Os ativos de todos os fundos somavam, no mesmo ano, R\$ 158 bilhões, o equivalente para o pagamento de apenas um ano de benefícios.

SITUAÇÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS) DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

2014	Planos de RPPS com Resultado Financeiro Negativo			Planos de RPPS com Resultado Financeiro Positivo		
	Estados	Municípios	Total	Estados	Municípios	Total
Planos Financeiros	14	112	126	7	67	74
Planos Previdenciários	6	322	328	21	1.580	1.601
Total	20	434	454	28	1.647	1.675
	<i>Déficit de R\$ 48,7 bilhões</i>			<i>Superávit de R\$ 16,2 bilhões</i>		

Fonte: Tribunal de Contas da União

Segundo o deputado Ricardo Tripoli, “as reformas têm de ser vistas como um conjunto, pois elas, por caminhos diferentes, atacam os gargalos que têm impedido que tenhamos ciclos de expansão da economia mais sustentáveis”. Ele diz que “a produtividade do trabalho é baixa, a estrutura tributária é irracional e ineficiente e o déficit público, somado à indisciplina fiscal, gera inflação, juro alto, crédito caro e incerteza”. Tudo isso, argumenta o parlamentar tucano, contribui para o baixo

índice de investimento e o déficit de infraestrutura no país, prejudicando a competitividade da economia brasileira. “Com as reformas, nosso patamar de crescimento passará a ser outro”, acredita Tripoli.

Se a reforma previdenciária ajuda no equilíbrio macroeconômico, as mudanças trabalhista e tributária ajudarão o Brasil a readquirir competitividade, avalia José Carlos Martins, da CBIC. Ele cita como exemplo a questão da terceirização, cuja regulamentação foi aprovada pela

Câmara dos Deputados. “Quando comentamos esse assunto no exterior, ninguém entende, já que terceirização é sinônimo de produtividade, de qualidade do emprego. É um mecanismo bom para todos, pois especializa o trabalhador aproveitando melhor suas aptidões”. Um projeto com regras diferentes do aprovado pela Câmara está em discussão no Senado Federal, mas o Palácio do Planalto já indicou que não vai apoiar sua tramitação, optando pelo texto da Câmara.

“A reforma trabalhista pretende promover uma importante regra, que é o negociado sobre o legislado. Isso é fundamental, especialmente em situações de crise”, avalia Cristiano Noronha, da Arko Advice. Ele lembra que a legislação trabalhista, cuja votação deve ser fácil para o governo, é “extremamente desatualizada e fora do contexto econômico social”. Para o deputado Efraim Filho (PB), líder do DEM na Câmara, são necessárias “regras mais claras que reduzam a insegurança jurídica”. Com isso, afirma ele, “criaremos estímulo para o aumento da oferta de emprego”.

A proposta do governo assegura o reconhecimento do instrumentos coletivos, dando força de lei ao que foi negociado à luz da lei. Os pontos mais importantes dizem respeito à jornada e às rotinas de trabalho. Os direitos citados na Constituição não podem ser suprimidos, mas sua fruição poderia ser negociada, como a forma do pagamento do 13º salário em várias parcelas, ou o parcelamento dos 30 dias de férias em até três períodos.

No caso da reforma trabalhista, o clima muda e fica mais favorável ao governo, avalia o senador João Capiberibe (PSB/AP). “Há um sentimento de que a legislação brasileira impede a competitividade e precisa de mudanças”, diz ele. Para Tripoli, do PSDB, “a produtividade do trabalho vai aumentar com uma legislação mais contemporânea e menos restritiva”.

“Há um aspecto vital na reforma trabalhista que não pode ser esquecido, que é a validação e reativação das comissões de conciliação prévia. Não tem cabimento um país que vive do litígio, isso não é saudável para nenhuma sociedade. Nós entendemos que essas comissões diminuiriam enormemente os efeitos e a incidência do litígio trabalhista. É um mecanismo imprescindível para o Brasil”, destaca José Carlos Martins, da CBIC. “No caso da reforma tributária, o nosso entendimento é que

deve abranger um leque maior de impostos. Sempre que fizermos a reforma apenas em torno de um ou outro tributo, um grupo perde e outro ganha. O grupo que perde coloca resistências e não acontece nada”.

Quanto à reforma tributária, diz Antonio Anastasia, o governo acertou ao fatiar a proposta. “É a única forma de alcançarmos algum avanço. É fundamental evoluir em temas como o do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo defasado e que se aplica com o chamado efeito cascata, encarecendo as relações de compra e venda, mas que também tem enorme impacto na arrecadação dos estados federados”, avalia ele, que fala com a autoridade de quem governou o estado de Minas Gerais. O governo deve optar por

“É fundamental evoluir em temas como o do ICMS, um tributo defasado e que se aplica com o chamado efeito cascata.”

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

uma proposta que simplifique o Programa de Integração Social (PIS) e introduza mudanças na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), ambas ainda no primeiro semestre, e depois concluir com modificações no ICMS.

Para Cristiano Noronha, da Arko Advice, “a reforma tributária desenhada não deve diminuir nossa alta carga de impostos, mas simplificar a cobrança de alguns tributos”. João Capiberibe, do PSB, diz que essa será uma reforma mais complexa e exigirá um amplo debate também com os governadores, mas acredita que poderão ocorrer avanços em alguns pontos, ainda neste ano.

A reforma tributária é um dos 16 temas principais listados na Agenda Legislativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), enviada ao Congresso

Nacional na última semana de março. Embora a Proposta de Emenda Constitucional nº 31, de 2007, proponha a reestruturação do Sistema Tributário Nacional, com simplificação e eliminação de cumulatividade nos tributos federais, unificação do ICMS e convalidação de benefícios estaduais, a entidade avalia que é preciso aproveitar o momento para avançar nessa discussão. “É preciso melhorá-la para assegurar a não cumulatividade do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) federal e a vedação ao aumento da carga tributária”.

Na Agenda Legislativa, a CNI lembra que, em 2015, foi criada outra comissão para propor novo modelo de Sistema Tributário. “Essa comissão promoveu várias audiências públicas pelas quais pode-se notar convergência com o modelo adotado em 2008. Entretanto, devem ser afastadas as medidas que representariam retrocessos em termos de competitividade da indústria nacional, notadamente a tributação de lucros e dividendos”, diz o documento

A diretora de Relações Institucionais da CNI, Mônica Messenberg, lembra que o contexto hoje é muito

mais favorável à agenda da indústria. No governo anterior, diz ela, “havia uma pauta divergente maior e se perdia muito tempo para evitar danos ao invés de atuarmos em ações que gerassem resultados para melhorar a infraestrutura do país”. Ainda que em 2016 a crise política tenha impedido grandes avanços, a diretora diz estar otimista porque “aumentou a convergência entre o que a indústria aponta como importante e a agenda definida pelo governo federal e pelo Congresso Nacional”.

“A terceirização é uma realidade mundial, em que empresas especializadas executam tarefas específicas com eficiência, qualidade e autonomia técnica. A regulamentação é absolutamente necessária para dar mais segurança jurídica para contratos de prestação de

serviços e/ou fornecimento de bens especializados, com proteção às relações do trabalho deles decorrentes”, avalia a CNI, na Agenda Legislativa. Outra prioridade para o empresariado industrial é a discussão sobre a adoção, no Brasil, da Convenção no 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que estabelece, para casos de demissão sem justa causa, que a empresa comunique os motivos do desligamento.

Essa convenção limita a três os motivos aceitáveis para demissões sem justa causa: dificuldades econômicas da empresa, mudanças tecnológicas e inadequação do funcionário à função. Caso seja adotada, avalia a CNI, “a norma criará enorme rigidez no mercado de trabalho, estimulando a informalidade e criando dificuldades às negociações coletivas. Se ratificar a norma, o Brasil ingressará num restrito universo de países (apenas 35), deixando a grande maioria que não a adotou (183 países)”. Para a entidade, o projeto de lei que valoriza as negociações coletivas e altera as regras do trabalho temporário, outra prioridade da Agenda Legislativa, “prestigia o princípio constitucional da autonomia da vontade coletiva e dá segurança jurídica para instrumentos coletivos firmados de forma legítima e transparente, ao atribuir força de lei ao ajuste de condições de trabalho pela negociação coletiva”.

Ainda na área trabalhista, a CNI considera importante o projeto que aperfeiçoa a Norma Regulamentadora 12 (NR 12), que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, retirando sua incidência para as máquinas usadas, produzidas antes da entrada da norma em vigor. De autoria do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), o Projeto de Decreto Legislativo nº 43 susta parcialmente essa norma.

“A NR 12, atualizada em 2010, tinha como objetivo alinhar o padrão nacional de segurança brasileiro ao da União Europeia. A norma, porém, extrapolou o seu paradigma ao retroagir ao parque industrial instalado, ocasionando altos custos de adaptação de máquinas adquiridas dentro da regra vigente à época. Ao estabelecer uma linha de corte temporal, a proposta soluciona o problema e traz segurança jurídica para empresas cujas



Foto: Miguel Ângelo / CNI

Monica Messenberg elogia convergência das agendas do governo e da CNI

máquinas se mostraram sem possibilidade de adaptação, seja por motivos técnicos ou financeiros”, avalia a entidade.

Também consta na lista mínima da Agenda Legislativa a reforma da Previdência Social, “importante para a manutenção de seu caráter solidário e universal, além de ser essencial para o reequilíbrio das contas públicas”. Para a CNI, o equilíbrio do sistema e a consequente diminuição do déficit dependem da adoção de critérios objetivos, que valorizem a forma de trabalho e garantam o direito dos trabalhadores. “A reforma é positiva porque respeita o direito adquirido, adota e amplia a idade mínima de aposentadoria de forma gradual e equitativa para o diferencial de tempo de contribuição das mulheres e dos homens na aposentadoria por tempo de contribuição”, avalia a entidade.

A pauta mínima da Agenda Legislativa inclui, ainda, a regulamentação do lobby e a reforma política, esta última objeto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 36/2016, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). “A reforma política deve ter como princípio o fortalecimento das instituições democráticas, o exercício da cidadania e a legitimidade dos mandatos conquistados pelo voto. Embora indiretos, os efeitos de tais mudanças para a indústria são significativos. Em última instância, significa alterar os critérios de escolha e exercício

do mandato daqueles diretamente envolvidos na discussão de políticas públicas, com impacto direto no ambiente de negócios e no dia a dia das empresas”, destaca a CNI.

Na opinião da entidade, “a proibição de coligações partidárias nas eleições proporcionais e a criação de cláusula de desempenho para o funcionamento parlamentar de partidos políticos são relevantes para reduzir a alta fragmentação partidária, que prejudica a governabilidade e a identificação da sociedade com os partidos”. Deputados, senadores e cientistas políticos lembram que a reforma política é urgente porque as regras precisam ser aprovadas até outubro para vigorarem nas eleições de 2018, embora ainda falte construir consenso sobre o tema.

“Na reforma política, não sei se conseguiremos chegar a um denominador comum em relação ao sistema de escolha dos deputados. Muitos falam da lista fechada. Eu defendo, com muito vigor, o distrital puro. Não sei como avançaremos ainda nesse tema. Também será discutida a forma de financiamento. Dois pontos que, acredito, estão pacificados dentro do PSDB, são o fim das coligações em eleições proporcionais e a cláusula de barreira, ambas já aprovadas no Senado”, destaca Antonio Anastasia. As próximas etapas do jogo das reformas, de fato, parecem cada vez mais difíceis.

A PAUTA MÍNIMA DA AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

PL nº 5646/2016 da deputada Cristiane Brasil (PTB/RJ)

O QUE É?

Disciplina a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da Justiça do Trabalho e nas relações de consumo. No âmbito trabalhista, qualquer abuso da personalidade jurídica deve ser regulado pelo rito previsto no Código de Processo Civil. Na esfera do consumo, por sua vez, será desconsiderada a personalidade jurídica quando houver má-fé dos sócios ou dos administradores da empresa.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

PLS nº 330/2013 do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)

O QUE É?

Define os princípios, as garantias, os direitos e as obrigações referentes à proteção, ao tratamento e ao uso de dados pessoais para fins econômicos. A proposta define regras para instituições que coletam, tratam, armazenam dados coletados de pessoas físicas e jurídicas e assegura ao cidadão o direito de tomar conhecimento sobre como as informações são utilizadas.

CONVALIDAÇÃO DE INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS

PLP nº 54/2015 (PLS-C nº 130/2014 da senadora Lúcia Vânia - PSB/GO)

O QUE É?

Confere validade jurídica aos benefícios e incentivos fiscais ou financeiros no âmbito do ICMS concedidos por estados e o Distrito Federal.

NOVA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC nº 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG)

O QUE É?

Propõe a reestruturação do Sistema Tributário Nacional, com simplificação e eliminação de cumulatividade nos tributos federais, unificação do ICMS e convalidação de benefícios estaduais.

REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Medida Provisória nº 766/2017 do Poder Executivo

O QUE É?

Cria o Programa de Regularização Tributária, permitindo a quitação e o refinanciamento de débitos tributários e não-tributários de pessoas físicas e jurídicas, vencidos até 30 de novembro de 2016.

MARCO LEGAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

PL nº 6621/2016 (PLS nº 52/2013 do senador Eunício Oliveira – PMDB/CE)

O QUE É?

Estabelece regras de gestão, organização e mecanismos de controle social aplicáveis às agências reguladoras.

NOVA LEI DE LICITAÇÕES

PL nº 6814/2017 (PLS nº 559/2013 da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do Senado)

O QUE É?

Cria novo marco legal, unificando as regras para licitações e contratos da Administração Pública.

MEIO AMBIENTE

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PL nº 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP)

O QUE É?

Disciplina o processo de licenciamento ambiental e estabelece as atribuições da União, dos estados e dos municípios. Regulamenta o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EPIA) e define regras para concessão de Licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO).

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

TERCEIRIZAÇÃO

Substitutivo do Senado ao PL nº 4302/1998 do Poder Executivo

O QUE É?

Estabelece o marco legal da terceirização, sem impor limites entre a atividade-fim e a atividade-meio das empresas e define a responsabilidade subsidiária da contratante como regra.

ADOÇÃO DA CONVENÇÃO 158 DA OIT

MSC nº 59/2008 do Poder Executivo

O QUE É?

Propõe a adoção, no Brasil, da Convenção nº 158 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que estabelece, para casos de demissão sem justa causa, que a empresa comunique os motivos do desligamento.

VALORIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

PL nº 6787/2016 do Poder Executivo

O QUE É?

Prevê a valorização e o prestígio à negociação coletiva, altera regras do trabalho temporário e do trabalho em tempo parcial, entre outros.

APERFEIÇOAMENTO DA NR 12

PDS nº 43/2015 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

O QUE É?

Susta parcialmente a NR 12, norma que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, retirando sua incidência para as máquinas usadas, produzidas antes da entrada da norma em vigor.

COMPETÊNCIA PARA EMBARGAR OU INTERDITAR ESTABELECIMENTO

PL nº 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS)

O QUE É?

Define como competência exclusiva do superintendente regional do Trabalho realizar embargo de obra ou interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento. Cria comissões de padronização de orientações técnicas para padronizar orientações e procedimentos de fiscalização de trabalho, por segmento produtivo.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PEC nº 287/2016 do Poder Executivo

O QUE É?

Altera o sistema de Previdência Social e estabelece novas regras para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de União, estados, Distrito Federal e municípios, e o Regime de Previdência Complementar, organizado em entidades abertas e fechadas.

OUTROS TEMAS

REFORMA POLÍTICA

PEC nº 36/2016 do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

O QUE É?

Estabelece novas regras sobre coligações partidárias em eleições proporcionais, cláusula de barreira e de filiação partidária.

REGULAMENTAÇÃO DO LOBBY

PL nº 1202/2007 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP)

O QUE É?

Disciplina a atividade de lobby e a atuação de grupos de pressão, de interesse e assemelhados, no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública federal.

CONHEÇA AS REFORMAS POSSÍVEIS EM 2017

TERCEIRIZAÇÃO (JÁ APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL)



ATIVIDADE-FIM

As empresas poderão contratar trabalhadores terceirizados para desempenhar qualquer atividade, inclusive aquelas consideradas fim.

TRABALHO TEMPORÁRIO

O tempo máximo de contratação de um trabalhador temporário passou de 90 para 180 dias, com possibilidade de prorrogação por mais 90 dias. Esse limite poderá ser alterado por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho. Um trabalhador que tiver cumprido todo

o período, inclusive a prorrogação, só poderá ser admitido de novo pela mesma empresa após 90 dias do fim do contrato.

É proibida a contratação de trabalhadores por empresas de um mesmo grupo econômico, quando a prestadora de serviço e a empresa contratante têm o mesmo controlador.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

A empresa contratante deverá recolher contribuição previdenciária sobre o salário dos terceirizados.

CAUSAS TRABALHISTAS

A contratante é subsidiariamente responsável por eventuais débitos trabalhistas e previdenciários da contratada. Se a contratada falha em honrar os direitos, o trabalhador aciona sua empregadora na Justiça, que já aciona a contratante de forma subsidiária no mesmo processo.

SUBCONTRATAÇÃO

A empresa terceirizada terá autorização para subcontratar outras empresas que realizem serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho (quarteirização).

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



- Idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres na área urbana. 60 anos na área rural.
- Tempo mínimo de contribuição aumenta de 15 para 25 anos.
- Homens a partir de 50 anos e mulheres com 45 anos ou mais terão uma regra de transição, com o acréscimo de um tempo adicional de trabalho e uma idade mínima para se aposentar (50 anos para mulheres e 55 anos para homens no setor privado e de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens no setor público).

› o benefício será calculado com base em 51% a 80% das maiores

contribuições mais um ponto percentual a cada ano pago, o que eleva para 40 anos o tempo de contribuição para receber 100% da média. Proposta original previa 49 anos de contribuição.

- Servidores estaduais e municipais, inclusive professores e policiais civis, não serão afetados pela reforma em discussão no Congresso Nacional, mas os estados precisarão aprovar reformas nas regras locais.
- Militares não serão afetados pela reforma.
- A pensão por morte, que hoje é integral, deve ser reduzida para 50% mais

10% por dependente (Regime Geral da Previdência Social e serviço público). A correção da pensão será desvinculada do reajuste do salário mínimo.

- Pensões poderão ser acumuladas com aposentadorias até o limite de dois salários mínimos. Proposta original proibia a acumulação.
- Benefícios assistenciais pagos a idosos ou deficientes de baixa renda deixam de ser corrigidos com base no reajuste do salário mínimo. A idade para solicitar o benefício passará de 65 para 67 anos.
- Acaba a paridade salarial entre servidores ativos e inativos.

REFORMA TRABALHISTA



PREVALÊNCIA DOS ACORDOS COLETIVOS SOBRE A LEI

O projeto assegura o reconhecimento do instrumentos coletivos, dando força de lei ao que foi negociado à luz da lei, tanto na Constituição Federal como nas normas de segurança e saúde no trabalho. Os principais pontos dizem respeito a jornada e rotinas de trabalho. Importante lembrar que a Constituição já permite redução de salário mediante a negociação coletiva. O projeto, entretanto, é muito importante porque dá segurança a esses acordos. Direitos citados na Constituição

não podem ser suprimidos, mas sua fruição poderia ser negociada, como na forma do pagamento do 13º salário em várias parcelas ou no mês do aniversário, ou o parcelamento dos 30 dias de férias em até três períodos.

O QUE PODE SER MUDADO POR MEIO DE ACORDO COLETIVO

Férias

Poderão ser divididas em três períodos de descanso, desde que um dos períodos seja de, pelo menos, 15 dias.

Intervalo

O intervalo dentro da jornada de trabalho poderá ser negociado, desde que tenha, no mínimo, 30 minutos.

REFORMA TRIBUTÁRIA



O QUE O CONGRESSO VEM DISCUTINDO?

Extinção de sete tributos federais: Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e salário educação.

Fim do estadual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do municipal Imposto sobre Serviços (ISS).

Em troca, seriam criados outros três tributos: Imposto sobre Valor Agregado (IVA), Imposto Seletivo e Contribuição sobre Operações e Movimentações Financeiras.

A CSLL seria incorporada ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

Mudanças no Imposto de Renda da Pessoa Física, que passaria a incluir, na base de cálculo, rendas isentas ou pouco tributadas.

O Imposto Seletivo seria cobrado sobre energia elétrica, combustíveis, telecomunicações, cigarros, bebidas,

veículos, pneus e autopeças, eletrodomésticos, minerais e transporte.

O QUE O GOVERNO TEMER PODE FAZER?

Reforma fatiada (em etapas):

1ª Etapa: Reduzir as alíquotas do PIS para duas, com simplificação nas regras para compensação de tributos pagos na compra de insumos.

2ª Etapa: Reduzir a alíquota da Cofins de duas para uma.

3ª Etapa: Unificar a alíquota interestadual do ICMS para acabar com a guerra fiscal e negociar com os estados novas regras para as alíquotas estaduais.

A TERCEIRIZAÇÃO TRARÁ SEGURANÇA E EMPREGO AO PAÍS

O DEPUTADO FEDERAL LAÉRCIO OLIVEIRA (SD-SE), QUE RELATOU O PROJETO DE LEI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS SOBRE A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, DIZ QUE O NOVO MARCO LEGAL AJUDARÁ A AQUECER A ECONOMIA

Relator do projeto de lei que regulamentou a terceirização, aprovado na Câmara dos Deputados em março, Laércio Oliveira (SD-SE) afirma que a mudança vai mitigar a angústia de, ao menos, parte dos 13 milhões de desempregados no país. A nova regra “vai gerar emprego porque vai movimentar a cadeia produtiva e, principalmente, melhorar o ambiente de negócios no Brasil”, diz o deputado. Segundo ele, a terceirização já acontece em diversos segmentos da economia, a exemplo dos hospitais que terceirizam, hoje, mais de 90% das suas atividades, mas sem segurança jurídica.

Qual a importância do projeto que regulamenta a terceirização para a geração de empregos, aprovado na Câmara dos Deputados?

Terceirização, na verdade, é especialização dos serviços. Quando uma empresa tem um serviço especializado, ela consegue executá-lo de maneira mais eficiente. Um *smartphone*, por exemplo,

não é produzido por apenas uma empresa, mas por várias, que conseguem elaborar um produto final mais eficiente e por um preço melhor. O projeto, na verdade, vai gerar emprego porque vai movimentar a cadeia produtiva e, principalmente, melhorar o ambiente de negócios do Brasil. A terceirização já acontece em diversos segmentos da economia, a exemplo dos hospitais, que terceirizam, hoje, mais de 90% das suas atividades. Mas antes faziam isso sem segurança jurídica.

Isso significa dizer que o Brasil perdia sem a regulamentação da terceirização?

Exatamente. Muitas empresas estavam saindo do Brasil para o Chile, Paraguai e outros países que oferecem um melhor ambiente de negócios. Com essa modernização da legislação trabalhista, vamos atrair muitas empresas de volta, o que significa geração de empregos. Muitos investimentos que estão represados pela insegurança jurídica vão prosperar.

Há risco de haver uma precarização da mão de obra, como defendem algumas entidades?

Esse discurso antigo é utilizado pelas centrais sindicais. Quando a terceirização começou no país, já se falava sobre isso. Esse número de terceirizados foi crescendo com o passar dos anos. Atualmente, a terceirização emprega mais de 10 milhões de brasileiros. Se hoje existe precarização, a proposta vem exatamente para solucionar isso.

Além da terceirização, o Projeto de Lei nº 4302/98 também atualiza o trabalho temporário. De que maneira?

A questão do trabalho temporário abrange aspectos importantes do dia a dia de uma empresa. Por exemplo, uma mulher se afasta por seis meses de licença maternidade. Agora as empresas poderão contratar um temporário para substituí-la. Com essa facilidade, muitas empresas poderão contratar pessoas que hoje estão desempregadas



Segundo Oliveira, o governo Temer conquistou um bom ambiente político com diálogo frequente no Congresso

justamente porque temos uma legislação trabalhista muito engessada, com 72 anos sem atualização. Uma questão importante também, que inserimos no projeto de lei, foi a proibição de contratar trabalhadores temporários em período de greve.

Ainda neste ano, o governo Temer quer votar um conjunto de reformas que incluem a previdenciária, a trabalhista e a tributária. Na sua opinião, quais têm condições de serem aprovadas pelo Congresso ainda em 2017?

À exceção da reforma tributária, as demais serão aprovadas ainda neste ano pela Câmara dos Deputados. Temos um ambiente favorável para promoção das mudanças necessárias ao Brasil, principalmente pela vontade política do governo Temer e também da maioria dos deputados. No final de março, já aprovamos na Câmara a regulamentação da terceirização, que foi para sanção presidencial.

Na sua opinião, qual dessas reformas é mais importante?

Acho que, para o Brasil, todas essas reformas são importantes. Após a crise econômica, evidenciou-se a necessidade de buscar uma melhora no ambiente de negócios no Brasil para que seja possível alcançar as políticas sociais que a sociedade deseja e combater o desemprego.

Nas negociações com os congressistas, o que pode ser alterado em cada uma dessas reformas?

Sempre haverá mudanças. O Congresso Nacional harmoniza o entendimento por meio de debates acalorados, ouvindo todas as tendências para buscar o melhor texto em prol da sociedade.

De que maneira a aprovação dessas reformas poderá impactar a economia?

Todas elas são necessárias e importantes para o futuro do Brasil. Equilíbrio das contas públicas, modernização das relações de trabalho e redução de carga

tributária são três pilares fundamentais para tornar o Brasil melhor.

Integrantes do governo e congressistas falam, também, na necessidade de uma reforma política. Há espaço para isso ainda em 2017?

Sem dúvida, e acredito que acontecerá também nos próximos meses. Já existe uma comissão especial na Câmara dos Deputados concluindo o relatório para votação.

Como o senhor avalia a base de apoio de Temer na comparação com outros governos?

Cheguei à Câmara dos Deputados em 2011. Claramente, o governo do presidente Michel Temer tem o melhor ambiente político, conquistado por meio de um diálogo frequente com os parlamentares. Perceba que passamos pelo ajuste fiscal, com a votação da proposta de emenda constitucional, e vamos enfrentar as reformas. São debates polêmicos e caros à sociedade, porém o Parlamento tem se mantido alinhado com o governo.

O GOVERNO PRECISA MELHORAR SUA COMUNICAÇÃO

HUMBERTO DANTAS, CIENTISTA POLÍTICO E CONSULTOR, AFIRMA QUE O GOVERNO TEMER TERÁ DIFICULDADES EM APROVAR AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA, POIS SÃO TEMAS QUE MOBILIZAM A POPULAÇÃO E LIMITAM A AÇÃO DO CONGRESSO

As votações das reformas da Previdência e trabalhista serão, efetivamente, os dois primeiros grandes desafios legislativos do governo Michel Temer porque mudam regras que as pessoas conhecem e afetarão diretamente a vida dos brasileiros. A opinião é do cientista político Humberto Dantas, sócio da consultoria 4E. “No caso da Previdência e das questões trabalhistas, não tem nada de simples em termos de aprovação e o cidadão conhece muito bem esses direitos, que são intimamente ligados à sua vida ou expectativa de vida”, diz o consultor nesta entrevista.

Quais as perspectivas de aprovação, nesse ano, das propostas de reforma do governo Temer no Congresso Nacional?

É um governo que tem se vangloriado da formação de maioria expressivas no Congresso Nacional, caminhando numa direção diferente daquelas edificadas ao longo do governo Dilma, que tinha

dificuldades expressivas com sua base de sustentação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Partindo dessa ideia, de que o governo tem conseguido estabilizar suas expectativas junto ao Congresso e fazer com que sua agenda fique mais passível de aprovação junto ao Legislativo, ele enfrenta agora o desafio mais amargo de sua trajetória, que é a aprovação de uma agenda expressivamente ácida e pouco simpática a uma parcela expressiva do eleitorado. Acho que esse é o primeiro grande desafio. É verificar se os bons índices de aprovação do governo Temer no Congresso Nacional, a partir do começo do seu mandato, mesmo que provisório, se repetirão com essas pautas mais difíceis aos olhos do cidadão, sobretudo porque é um governo que, em termos de opinião pública, sofre de maneira considerável e piora seu desempenho a cada avaliação. E essa pauta é algo que o cidadão compreende e reconhece de maneira mais clara e pode pressionar o parlamentar.

Mas o governo já mostrou, claramente, um forte apoio parlamentar, pois sempre teve vitórias folgadas nas votações. Será que a opinião pública pode reduzir isso?

Talvez não a ponto de reduzir a base de apoio, mas, certamente, no sentido de alterar os projetos já enviados. Isso já tem sido visto. O governo pode até ter sucesso naquilo que pede, mas pode votar aquilo que não enviou, o que mostra, de uma certa maneira, dificuldades. Aprovar esses projetos não é uma coisa simples e fácil. Durante a aprovação da proposta de emenda constitucional do teto de gastos, o indivíduo comum não cobrou do parlamentar essa votação porque as pessoas, em geral, não compreenderam a lógica da proposta e o discurso do governo era muito simples. Ele dizia ao cidadão que não poderia gastar mais do que arrecada e então ia congelar os gastos. No caso da Previdência e das questões trabalhistas, não tem nada de simples em termos de aprovação e o cidadão conhece muito



Dantas lembra que a aprovação da terceirização é um passo importante na reforma trabalhista

bem esses direitos, que são intimamente ligados à sua vida ou expectativa de vida.

Onde a dificuldade é maior, na trabalhista ou na Previdência Social?

O governo tentou construir um discurso de igualdade em termos de Previdência, falando que faria uma reforma em que a situação de aposentadoria seria igual para todos. Ele acertou num ponto e errou no outro. Acertou ao associar a ideia de que parece justa a aposentadoria equilibrada entre indivíduos que trabalham nos setores público e privado. Nesse sentido, ele conseguiria ter o apoio e a boa vontade da sociedade, apesar da pressão dos servidores públicos em Brasília.

E onde errou?

Errou ao igualar homens e mulheres. É claro que as mulheres querem igualdade, mas igualdade, nesse caso, é para que o homem divida com elas o terceiro turno de trabalho que fazem. E isso, definitivamente, em termos culturais, os homens

não estão preparados para enfrentar. O governo vai ter dificuldades com a reforma da Previdência. A decisão de deixar de fora servidores estaduais e municipais mostra isso. Além de não passar na íntegra, acredito que a proposta também não será votada na velocidade que quer o governo.

Uma reforma trabalhista pode sair neste ano?

Em relação à reforma trabalhista, ainda precisamos entender a dimensão das mudanças propostas. A terceirização aprovada pelo Congresso é reforma trabalhista na veia e ninguém veio a público explicar isso. Há muitas dúvidas e esse governo parece não conseguir se comunicar bem com a sociedade.

E como o senhor vê a parte da reforma trabalhista que prevê a prevalência do negociado em acordo coletivo sobre o que está na lei?

Aqui os grandes gritos são dos

sindicatos que, por serem mais organizados, conseguem fazer mais barulho. Mas num momento de crise como o atual, o governo tem como sensibilizar a opinião pública fazendo-a entender que vale mais a pena manter o emprego do que manter direitos dos desempregados. Não é simples aprovar isso, mas, em alguns casos, o que a proposta traz já é realidade. O que ela faz é dar segurança jurídica para essas negociações já realizadas.

Há espaço para discutir, também, a reforma tributária nesse ano?

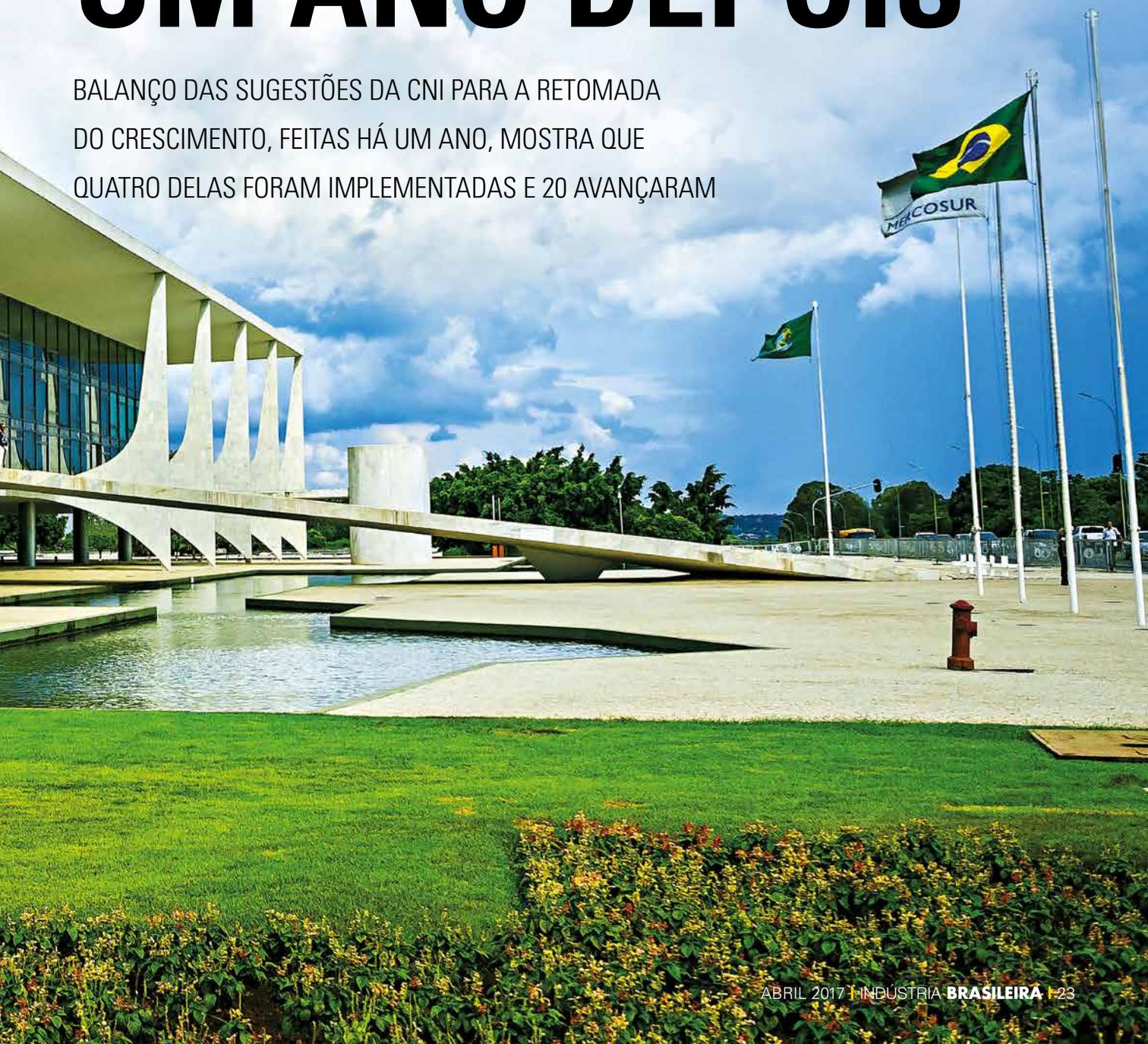
Apesar do interesse de alguns setores em discutir o tema, o governo já deu sinais de que não vai partir para uma reforma tributária profunda a ponto de, por exemplo, unificar vários impostos. Acho que podemos ter aumento de impostos, como o governo sinalizou nos últimos dias, sem reforma tributária. E isso é complicado.



Mudança de comando no Palácio do Planalto aproximou a agenda do governo das propostas feitas pela CNI

AS MEDIDAS CONTRA A CRISE, UM ANO DEPOIS

BALANÇO DAS SUGESTÕES DA CNI PARA A RETOMADA
DO CRESCIMENTO, FEITAS HÁ UM ANO, MOSTRA QUE
QUATRO DELAS FORAM IMPLEMENTADAS E 20 AVANÇARAM



Regulamentação da terceirização, redução dos índices de conteúdo local em exploração de petróleo, cobrança da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) proporcional ao uso dos sistemas de transmissão de energia elétrica e regulamentação do acesso e da repartição de recursos genéticos da biodiversidade. Essas foram as primeiras medidas da *Agenda para Sair da Crise* totalmente implementadas pelo governo até o final de março. As propostas foram entregues pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em abril do ano passado, ao presidente Michel Temer.

Outras 20 propostas avançaram no Executivo e no Legislativo, mas ainda não foram implementadas, segundo avaliação da entidade. Além disso, 12 não evoluíram em relação à situação em que se encontravam um ano atrás. “Há um claro esforço do governo no enfrentamento da crise, mas a retomada do crescimento requer a aprovação das reformas estruturais e de ações que melhorem a competitividade da economia”, avalia José Augusto Fernandes, diretor de Políticas e Estratégia da CNI. Entre os pontos que avançaram estão as reformas da Previdência Social e tributária, a valorização das negociações coletivas e o fortalecimento das agências reguladoras.

As medidas implementadas representam 11% das propostas apresentadas pela CNI. Até o final do ano, considerando as sugestões classificadas como em evolução, Fernandes estima que 65% devem estar aprovadas. Segundo ele, hoje há uma convergência entre a agenda proposta pelo governo Michel Temer e as iniciativas sugeridas pela entidade para sair da crise. Para ele, uma ação importante que não deve avançar neste ano é a reforma tributária porque, apesar de ser considerada necessária pelo governo federal, pelos estados e por parte dos congressistas, não há consenso sobre o que deve mudar. Entretanto, assim como a terceirização, outras medidas na área trabalhista devem ser aprovadas, avalia o diretor.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a regulamentação da terceirização “é um primeiro passo na modernização da arcaica legislação brasileira, que emperra o crescimento da economia”. Segundo ele, essa providência dá mais segurança jurídica para as empresas e representa um ganho de competitividade para o setor produtivo brasileiro, em especial para as indústrias. “A ausência de uma regulamentação no Brasil deixava empresas e trabalhadores submetidos a uma indesejável

insegurança jurídica, que dificulta investimentos”, diz Andrade.

A regulamentação do acesso à biodiversidade foi feita, ainda, em maio de 2016 por meio do Decreto nº 8.772. No entanto, para que a Lei nº 13.123/15 possa tornar-se efetiva, ainda falta a implementação de alguns dispositivos, conforme avaliação da CNI. É necessária, por exemplo, a instalação da Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). Essa secretaria é responsável por implementar, manter e operacionalizar o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional (SisGen), que permitirá, efetivamente, o uso da biodiversidade e a regularização das atividades de pesquisa.

Em relação ao projeto que altera a forma de cobrança da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que passa a ser proporcional ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição, a medida foi sancionada em 21 de junho de 2016, mas entrará em vigor, gradualmente, entre 2018 e 2034. A modificação, negociada com diversas entidades e associações do setor elétrico, deverá acelerar o processo de concessão ao setor privado na área de infraestrutura.

A revisão do regime de partilha de óleo e gás foi aprovada na Lei nº 13.365,

Foto: José Paulo Lacerda / CNI



“Há um claro esforço do governo no enfrentamento da crise”, diz José Augusto Fernandes (CNI)

sancionada por Michel Temer em novembro de 2016. Com a alteração, caiu a obrigatoriedade de a Petrobras ser operadora única e possuir 30% nos consórcios formados para exploração de blocos leiloados no regime de partilha. A nova regra deve estimular a participação do setor privado.

Algumas das medidas classificadas como “em evolução” estão em discussão no Congresso Nacional ou em fase de implementação. É o caso, por exemplo, da permissão de uso de créditos tributários de PIS, Cofins e IPI para abater débitos relativos a contribuições previdenciárias e outros tributos federais. A Medida Provisória nº 766/2017, que criou o Programa de Regularização Tributária, permite o uso de créditos tributários para pagamento de dívidas dessa natureza ou previdenciárias.

Mas essa MP ainda está em discussão no Congresso Nacional. No caso dos pagamentos correntes de tributos, o Executivo anunciou, em dezembro de 2016, que a compensação poderá ser feita nos pagamentos a partir de junho de 2017, o que ainda não foi formalizado em ato da Receita Federal.

Entre as propostas que devem ser aprovadas neste ano, segundo expectativa da CNI, estão a reforma da Previdência Social, a reforma trabalhista, a exclusão de acidentes de trajeto no cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), a conclusão da agenda de facilitação do comércio, a implementação de mecanismos de controle do gasto público e a adoção, nas contribuições do PIS-Cofins, do conceito de crédito financeiro. Por esse critério, todos os insumos adquiridos geram crédito físico, que contempla os insumos efetivamente incorporados à produção do bem. O governo prometeu editar, ainda no primeiro semestre, medidas provisórias mudando regras do PIS e da Cofins.

A proposta de reforma da Previdência Social, por exemplo, vai além do que foi sugerido pelo empresariado industrial, elaborada com base em quatro premissas: adotar idade mínima para aposentadoria por tempo de contribuição; equiparar, gradualmente, o tempo de contribuição das mulheres ao dos homens e o dos trabalhadores rurais ao dos demais na aposentadoria por tempo de contribuição; equiparar as regras, para aposentadoria, dos professores às dos demais trabalhadores; e desvincular o valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo. Pela proposta do governo, a idade mínima de aposentadoria para homens e mulheres será de 65 anos, com exigência de 49 anos de contribuição para receber um benefício próximo do teto.



A proposta da reforma da Previdência Social vai além do que foi sugerido pelo empresariado industrial, o que é um sinal muito positivo para a recuperação da responsabilidade fiscal

Em relação ao controle de gastos públicos, o governo conseguiu aprovar uma mudança constitucional que limita a correção dos gastos à inflação passada, regra já aplicada ao orçamento de 2017. Mas ainda faltam, segundo a CNI, uma reforma orçamentária, para reduzir a rigidez dos gastos públicos, e uma gestão que aumente a eficiência na aplicação dos recursos públicos e eleve a capacidade de avaliação das políticas públicas.

A valorização da negociação coletiva, conhecida como reforma trabalhista, está em projeto de lei enviado ao Congresso Nacional no final de 2016. Entre outros pontos, o projeto prevê possibilidade de divisão das férias em três períodos, ampliação do contrato temporário de trabalho de 90 para 120 dias e prevalência do acordado em contrato coletivo sobre o

legislado. Mas, segundo a CNI, essa proposta ainda precisa de aperfeiçoamentos.

Editada em 2010, a Norma Reguladora 12 (NR12) tinha como objetivo alinhar o padrão de segurança brasileiro ao da União Europeia, mas extrapolou ao determinar que máquinas fabricadas antes daquele ano fossem obrigadas a seguir o novo padrão de segurança, o que geraria um alto custo de adaptação. A CNI é a favor de suspender ou alterar o texto da norma, tema que está em debate no Congresso Nacional. A exclusão de acidentes do trajeto no cálculo do FAP foi aprovada, em novembro de 2016, pelo Conselho Nacional de Previdência Social, mas as mudanças não tinham sido publicadas até o final de março.

Outra medida proposta foi aumentar a participação do setor privado nos serviços de água e esgoto. Ainda no segundo semestre de 2016, o governo federal lançou o programa de concessões em saneamento, coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES). Em fevereiro de 2017 foram divulgados os editais de licitação

para contratar os serviços técnicos de estruturação dos projetos de concessão das empresas em Alagoas, Amapá, Maranhão, Pará, Pernambuco e Sergipe.

De acordo com o governo, esse será o primeiro edital e servirá de referência para um grupo de 18 estados que manifestaram interesse em participar do programa estadual de saneamento elaborado pelo BNDES. Além disso, será incluído no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) do governo federal e coordenado pelo ministro Moreira Franco, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Os leilões estão previstos para o ano de 2018.

A CNI também propôs um conjunto de medidas para melhorar as condições de capital de giro das empresas: desenvolver ações para reduzir o *spread* bancário;

melhorar as condições de acesso ao crédito, ampliando o alcance dos mecanismos de garantia e seguro de crédito; aprimorar o sistema de cobrança de crédito e execução de garantias; ampliar a concorrência bancária; e reduzir a alíquota dos depósitos compulsórios em contrapartida ao financiamento destinado ao capital de giro.

No final de 2016, o governo anunciou diversas providências que vão nessa direção, mas o custo do crédito ainda está elevado. Entre as propostas anunciadas pelo governo estão o aperfeiçoamento do Cadastro Positivo (alteração legal em estudo); a duplicata eletrônica

(medida legal em elaboração); a melhoria na Lei de Recuperação Judicial (assunto em discussão no Ministério da Fazenda); a simplificação das regras do compulsório (foi implementada por meio da Circular nº 3.823/17 do Banco Central); e a alteração da classificação de porte das micro, pequenas e médias empresas.

Para estimular as exportações, a CNI também propôs a negociação de acordos comerciais. As tratativas com o México estão em andamento, com quatro rodadas já concluídas e listas de pedidos e ofertas trocadas ao longo de 2016. A transação com a União Europeia está em curso,

com uma rodada já concluída e troca de ofertas realizada em 11 de maio de 2016. Além disso, foi assinado o Acordo de Cooperação e Facilitação de investimentos com o Peru, em 29 de abril de 2016. Estão em marcha, ainda, as negociações sobre compras governamentais e serviços, com o Chile, e sobre compras governamentais, com a Colômbia. Mas a revitalização da agenda comercial do Mercosul, entretanto, não avançou. A CNI manterá seu acompanhamento minucioso da implementação das medidas para tirar o país da crise, um cenário que parece mais provável agora do que há um ano.

VEJA A SITUAÇÃO DE CADA ITEM DA AGENDA PARA SAIR DA CRISE

	Concluído	Em evolução	Não evoluiu
	Reformar a Previdência Social		1
	Implementar mecanismos de controle do gasto público		2
	Valorizar a negociação coletiva		3
	Regulamentar a terceirização		4
	Sustar ou alterar o texto da NR12		5
	Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP		6
	Adotar o princípio do crédito financeiro do PIS-Cofins		7
	Ampliar os prazos de recolhimento de IPI e PIS-Cofins		8
	Permitir a compensação de créditos entre tributos federais		9
	Convalidar os incentivos fiscais do ICMS		10
	Reformar o ICMS		11
	Rever o regime de partilha em óleo e gás		12
	Modernizar as condições de acesso ao gás natural importado		13
	Renovar as concessões para exploração de gás natural em terra		14

	Cobrar a CDE de forma proporcional	15
	Considerar os custos totais nos leilões de energia elétrica	16
	Aumentar a geração térmica na base do sistema	17
	Ampliar a participação privada nos serviços de água e esgoto	18
	Transferir as administrações portuárias para o setor privado	19
	Concluir o processo de revisão das poligonais dos portos organizados	20
	Negociar acordos comerciais	21
	Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento de comércio exterior	22
	Concluir a agenda de facilitação de comércio	23
	Ajustar a alíquota do Reintegra	24
	Criar condições para manutenção de um câmbio competitivo e estável	25
	Melhorar condições de capital de giro às empresas	26
	Estimular a ampliação do financiamento privado de longo prazo	27
	Disciplinar os procedimentos para desconsideração da personalidade jurídica	28
	Fortalecer as agências reguladoras	29
	Garantir autonomia do órgão licenciador do licenciamento ambiental	30
	Simplificar o licenciamento ambiental	31
	Regulamentar o Código Nacional de CT&I	32
	Aprimorar a Lei do Bem	33
	Assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas	34
	Normatizar o acesso ao patrimônio genético	35
	Promover a melhoria operacional do INPI	36

CNI CRIA FACILITÔMETRO PARA MONITORAR ACORDO DA OMC

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) desenvolveu uma ferramenta, em formato infográfico, pela qual os empresários poderão acompanhar se o governo brasileiro está cumprindo os artigos do Acordo de Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC), que entrou em vigor em fevereiro. O tratado prevê ações para simplificar processos e custos de exportação, importação e de trânsito aduaneiro. A OMC estima uma redução de 14,3% nos custos do comércio global com a adoção das regras de desburocratização pelos signatários do acordo, o que representa o ingresso de US\$ 1 trilhão no comércio internacional.

Facilitômetro

Quatro cores definem o status do procedimento: **verde, laranja, amarelo e vermelho.**



FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA SERÁ NO BRASIL, EM MARÇO DE 2018

Daqui a menos de um ano, Brasília sediará o 8º Fórum Mundial da Água. Será a primeira vez que a América Latina recebe o evento. Espera-se cerca de 30 mil representantes, de mais de 100 países, para discutir temas relacionados aos recursos hídricos, como o uso consciente da água. Para incrementar esse debate, foi lançada uma consulta online, pela qual interessados podem sugerir temas, trocar informações ou compartilhar práticas de sucesso no manejo da água. Basta acessar www.worldwaterforum8.org/your-voice. A CNI é uma das moderadoras dessa plataforma.

WORKSHOP TRATA DE SEGURANÇA E SAÚDE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção e o SESI Nacional, em um acordo de governança entre entidades, realizou, em São Paulo, o *Workshop de Inovação para a Indústria da Construção*, com foco na elaboração de um estudo setorial sobre Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Foram abordados temas como higiene ocupacional, ergonomia, longevidade e produtividade, gestão de fatores psicossociais, tecnologias para segurança e saúde, gestão do absenteísmo e retorno ao trabalho, assim como métricas para saúde e inteligência.



TORNEIO NACIONAL DE ROBÓTICA REÚNE OS MELHORES DO BRASIL

Mais de 700 alunos de escolas públicas e particulares de todo o Brasil, de 9 a 16 anos, participaram do Torneio Nacional de Robótica FIRST Lego League, realizado em Brasília. Organizada anualmente pelo Serviço Social da Indústria (SESI), a competição envolve a aplicação prática da ciência e da tecnologia e fortalece a capacidade de inovação, criatividade e raciocínio lógico no ambiente escolar. Nesta edição, 74 equipes desenvolveram o tema *Animal Allies* (Animais Aliados), cujo desafio central era buscar soluções para salvar animais de áreas de risco.



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

IEL DÁ CURSOS DE COMPLIANCE E EFICIÊNCIA EMPRESARIAL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) abriu inscrições para o programa de educação executiva *Compliance e Eficiência Empresarial*, com edições em várias cidades. O curso é direcionado a CEOs, diretores, empresários, executivos e sucessores empresariais responsáveis por decisões estratégicas e possui carga de 24 horas, divididas em três dias de aulas práticas. O objetivo é capacitar empresas em políticas e diretrizes estabelecidas para melhoria da competitividade nos negócios, dentro das regras e normas legais. Para mais informações, acesse o site do IEL em www.portaldaindustria.com.br/iel.





A CNI atua para a construção de um marco regulatório equilibrado e apto a promover o desenvolvimento socioeconômico do país, em conjunto com a conservação do meio ambiente



IMPULSO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

LEI GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, QUE TRAMITA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, VEM PARA DEFINIR PARÂMETROS GERAIS QUE DEVEM SER CUMPRIDOS POR EMPREENDEDORES NO CASO DE OBRAS COM RISCO AMBIENTAL

Pesquisa feita em 2013, junto às Federações de Indústria, levantou os procedimentos para licenciamento ambiental nas 27 unidades da Federação. Os dados obtidos serviram de base para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborar a *Proposta da Indústria para o aprimoramento do Licenciamento Ambiental*. Esse documento traz importantes subsídios da atividade produtiva, que contribuem para o debate acerca da Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2004 sob formato de Projeto de Lei (PL nº 3729/2004 e apensados), e que altera a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

Na Proposta, a CNI aponta quatro diretrizes para obtenção do licenciamento ambiental: 1) Estabelecer regras gerais que considerem as peculiaridades dos setores industriais; 2) Superar a sobreposição e o conflito de competências dos entes federativos na proteção do meio ambiente; 3) Aprimorar procedimentos para mitigar a morosidade, a complexidade e a imprevisibilidade do processo; e 4) Acabar com o excesso de generalidade dos termos de referência para que considerem as especificidades e o cronograma de execução de projetos dos setores produtivos.

O PL nº 3729/2004 já foi aprovado pelas comissões permanentes de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), mas ainda precisa ser apreciado pelas comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

Na CFT, a matéria foi relatada pelo deputado Mauro Pereira (PMDB-RS) e o parecer aguarda votação. Na CCJC, a relatoria é do deputado Marcos Rogério (DEM-RO), que ainda não apresentou parecer. A proposição está sujeita à apreciação do Plenário e tramita em caráter de urgência.

A indústria brasileira defende o aperfeiçoamento do sistema de licenciamento ambiental para torná-lo mais ágil e transparente. O tema é prioritário para a CNI, que o incluiu em seu *Mapa Estratégico 2013-2022*. A entidade identificou os principais problemas das regras atuais e, de forma colaborativa, propôs diretrizes para aperfeiçoar esse instrumento.

“Essa articulação do setor produtivo vem sendo feita há anos para possibilitar a superação de gargalos que dificultam o desenvolvimento sustentável do país e atuar como parceiro na construção desse novo paradigma”, esclarece o gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Shelley de Souza Carneiro.

Na CNI, o debate sobre o tema ocorre no Conselho Temático de Meio Ambiente (Coema) e nos Conselhos Regionais de Meio Ambiente (Nordeste, Centro-Norte e Sul-Sudeste).

OS ALTOS E BAIXOS DO CÂMBIO

CNI ALERTA PARA A EXCESSIVA OSCILAÇÃO DO CÂMBIO E SEUS PREJUÍZOS PARA A INDÚSTRIA BRASILEIRA, QUE PERDE CONDIÇÕES DE PLANEJAMENTO

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) defende a adoção de políticas macroeconômicas para reduzir as oscilações da taxa de câmbio e evitar a valorização excessiva da moeda brasileira. A proposta integra a *Agenda para o Brasil sair da crise 2016-2018*, que destaca a importância da estabilidade no valor da moeda para que empresários definam estratégias de exportação e de competição com o produto importado. O documento foi elaborado pelo setor produtivo como sugestão para impulsionar a volta do crescimento no país.

Em 14 meses, a cotação do dólar em relação ao real caiu 23%. Sob alegação de atacar o problema, o governo federal adotou, em fevereiro deste ano, por meio do PPI (Programa de Parceria e Investimentos), uma postura de proteção cambial para atrair investimentos estrangeiros e criou um seguro contra variações do câmbio para concessionárias de aeroportos.

No entanto, a medida não é suficiente, pois a formação da taxa de câmbio depende de fatores externos e internos, entrelaçados de forma complexa. “É difícil alterar a tendência dos movimentos globais. Mas é possível evitar flutuações excessivas, originadas do mercado de câmbio mundial e, principalmente, coordenar as políticas domésticas para minimizar os efeitos indesejados sobre a taxa de câmbio”, avalia o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

A taxa de câmbio afeta a inflação, as contas públicas e a competitividade. Há anos, o Brasil tem mantido forte incentivo ao uso do câmbio como instrumento de controle da inflação por não enfrentar adequadamente as questões estruturais. A CNI considera urgente reformular o processo decisório para determinar a taxa de câmbio e redefinir o papel do Banco Central e do Tesouro

Nacional. Para a entidade, é imprescindível minimizar os efeitos do câmbio sobre tantas variáveis e recuperar a competitividade.

Um dos fatores apontados pelo setor produtivo para a oscilação cambial é a política monetária muito restritiva, em razão de déficits fiscais elevados. Como resultado, as taxas de juros brasileiras estão muito acima das internacionais. “O diferencial de juros atrai recursos externos que fomentam uma valorização da moeda brasileira não fundamentada nos fatores reais de custo e competitividade”, explica Castelo Branco.

Para a CNI, no curto prazo, é imprescindível adotar mecanismos que evitem a volatilidade e valorizações excessivas. “A incerteza causada por grandes flutuações no valor da moeda dificulta a percepção da verdadeira rentabilidade das operações de comércio exterior e causam prejuízo às exportações”, alerta o gerente.



*A instabilidade do câmbio
traz dúvidas sobre a
economia brasileira e inibe
os investimentos no país*



ROBOTIZAÇÃO É SAÍDA PARA AUMENTO DE PRODUTIVIDADE

SETOR PRODUTIVO PREPARA SALTO DUPLO PARA SE IGUALAR AOS LÍDERES MUNDIAIS NA ERA DOS ROBÔS, REDUZINDO CUSTOS E TORNANDO A INDÚSTRIA NACIONAL MAIS EFICIENTE E COMPETITIVA INTERNACIONALMENTE



Com robôs, produção será de baixo custo e em larga escala

A baixa competitividade é um “gargalo” que diminui o potencial de crescimento da indústria brasileira, como apontam, frequentemente, diversas pesquisas realizadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Para enfrentar o problema, um importante aliado é o robô – capaz de aumentar a produtividade e reduzir custos operacionais.

O Brasil tem cerca de 10 mil robôs industriais em operação e, este ano, deve chegar a 18 mil. Em 2019, o setor deve adquirir outras 400 mil máquinas em todo o mundo. Apenas na indústria brasileira, serão 3,5 mil novas unidades, mais que o dobro de peças compradas em 2015: 1,4 mil. Mas isso ainda é insuficiente.

Os chãos de fábrica brasileiros contam com nove robôs para cada 10 mil trabalhadores, enquanto a Coreia do Sul, líder do *ranking*, tem 437. Os dados da Federação Internacional de Robótica (IFR) revelam o mercado nacional como grande

consumidor de tecnologia de automação industrial, liderado pelos setores petroleiro, de mineração e celulose, de produção de açúcar, de etanol e de biodiesel.

Ampliar a presença de robôs nos parques industriais e incorporar práticas de produtividade e eficiência exigem da indústria nacional um salto duplo, tanto para disseminar o conceito de máximo de entrega de valor, com o mínimo de recursos despendidos, quanto para incorporar o manuseio de tecnologias digitais em proporção equivalente à demanda industrial.

Para esse salto de sucesso, a CNI tem impulsionado as empresas brasileiras mediante iniciativas como o *Indústria+Produtiva*, pela qual atuou junto a 18 empresas médias dos setores de alimentos, confecção, calçados, metalmeccânico e brinquedos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Ceará, para diminuir o desperdício de tempo, materiais e custos de produção.

“A expectativa é que, em cinco anos, o Brasil alcance os países desenvolvidos. Estamos criando um modelo de produção que permita, em curto prazo e baixo custo, aliar a manufatura enxuta ao uso de tecnologia digital em larga escala”, avalia o gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves.

Até 2020, espera-se uma mudança radical do perfil dos trabalhadores das fábricas, como reflexo da forte capacitação de profissionais propiciada pelo programa SENAI 4.0, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial que, desde o ano passado, tem incrementado a mão de obra que utilizará produção altamente mecanizada e composta de inteligência artificial. “Temos um projeto-piloto para testar técnicas de manufatura avançada para oferecer soluções de baixo custo e alto impacto”, informa o gerente-executivo de Inovação do SENAI, Marcelo Prim.

TERCEIRIZAÇÃO SEM MEDO

AO ACABAR COM A DISTINÇÃO ENTRE ATIVIDADES-MEIO E ATIVIDADES-FIM, REGULAMENTAÇÃO APROVADA PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS AFASTA RISCO APONTADO POR DOIS TERÇOS DA INDÚSTRIA: OS PROCESSOS TRABALHISTAS DECORRENTES DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

Quase dois terços da indústria brasileira utiliza serviços terceirizados na produção



Embora corriqueiros no mundo e no Brasil, os contratos de terceirização se tornaram uma empreitada de alto risco para o setor produtivo nacional. Sem regras claras sobre quais serviços ou bens especializados seria possível buscar no mercado, as empresas passaram a conviver com eventuais processos trabalhistas. De acordo com a nova edição da *Sondagem Especial: Terceirização*, divulgada em março, duas em cada três empresas industriais apontaram a insegurança jurídica como principal entrave para se terceirizar.

A indústria espera, contudo, que este cenário tenha ficado para trás com a aprovação do Projeto de Lei nº 4.302/1998, que aponta regras claras para a terceirização. A regulamentação, votada em caráter final em 22 de março, na Câmara dos Deputados, eliminou o principal foco de incertezas para as empresas: a distinção entre atividades-meio

e atividades-fim, classificação que dava ampla margem para a Justiça do Trabalho considerar ilegais certos contratos de prestação de serviços.

“Cada empresa deve poder escolher qual parte de seu processo produtivo pode ser desenvolvido em uma parceira que realize essa tarefa com mais eficiência e expertise”, observa Alexandre Furlan, presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Ele lembra, com o fim da dicotomia entre atividade-meio e fim, que a legislação brasileira passa a ser compatível com o que é praticado no restante do mundo, o que contribui para melhorar o ambiente de negócios brasileiro. “O que importa é que a terceirização seja feita com responsabilidade”.

Como 63,1% da indústria brasileira recorrem à terceirização nos últimos três anos, segundo a pesquisa, a

chegada de regras para esta modalidade de contrato deve trazer tranquilidade para boa parte do setor. Para se ter ideia, 53,9% das empresas afirmaram que seriam prejudicadas ou até fechariam linhas de produção caso fossem impedidas de contratar serviços ou fornecimento de bens de terceiros. Uma eventual proibição, ameaça que parece ter ficado no passado, afetaria, sobretudo, as pequenas indústrias: 56,1% delas seriam afetadas de forma negativa.

A pesquisa também mostrou que o setor industrial mantém uma relação responsável com empresas fornecedoras de serviços. De acordo com a *Sondagem*, 71,8% das empresas que terceirizam verificam, ainda que não sejam obrigadas por lei, se a contratada cumpre com os direitos e encargos trabalhistas de seus funcionários e 71,3% apuram se as terceirizadas cumprem as normas de segurança e saúde do trabalho.

A TERCEIRIZAÇÃO NA INDÚSTRIA BRASILEIRA



63,1% utilizam serviços terceirizados



67,6% apontam a insegurança jurídica como principal entrave



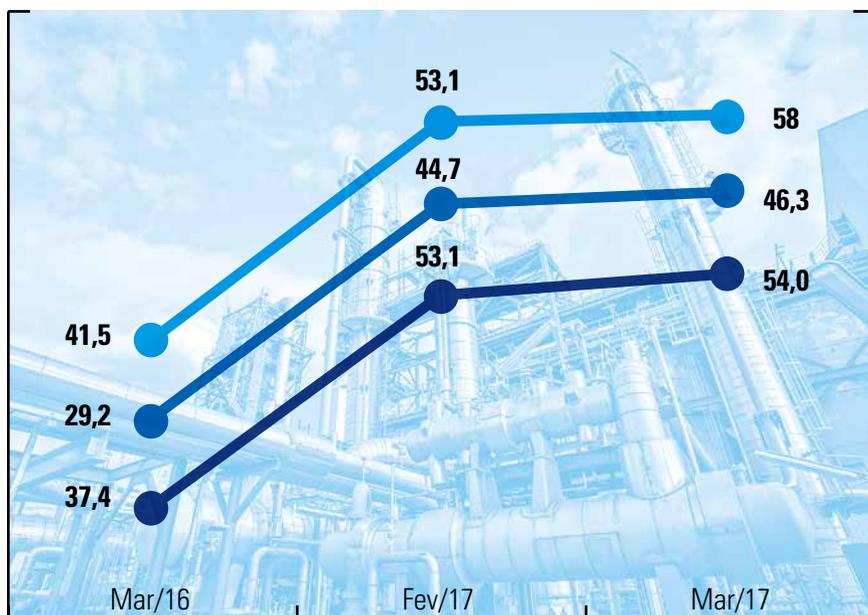
39,8% perderiam competitividade se fossem proibidas de terceirizar



14,1% teriam de fechar uma ou mais linhas de produção

ICEI: OTIMISMO DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL É O MAIS ALTO DESDE 2014

Confiança em alta por toda a indústria



Ao registrar a terceira alta consecutiva, o *Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)* alcançou o maior nível dos últimos três anos, com 54 pontos. Em relação a março de 2016, a pesquisa divulgada no dia 7 de março mostrou indicador 16,6 pontos acima. Esta também foi a primeira vez, desde outubro do ano passado, que a confiança esteve disseminada entre todos os portes de empresa. Para o futuro próximo, as expectativas também são positivas, com indicador chegando a 58 pontos.

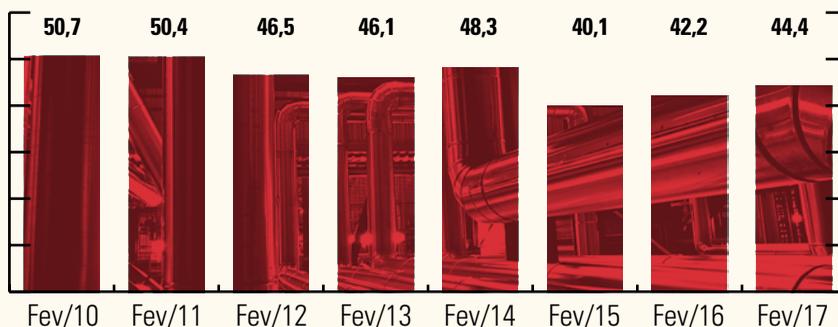
■ ICEI
■ Condições atuais
■ Expectativas

Fonte: ICEI – Ano 19 – Número 3 – Março de 2017

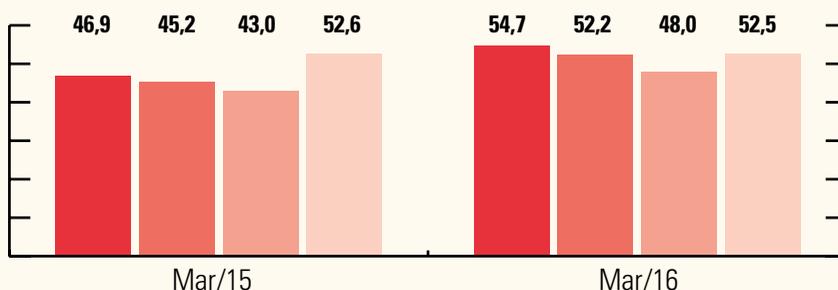
SONDAGEM APONTA BAIXA PRODUÇÃO APESAR DE ÂNIMO DO SETOR

A indústria registrou queda na produção, em fevereiro, mas a inflação sob controle e a redução mais acentuada na taxa de juros deixaram os empresários mais otimistas. Segundo a *Sondagem Industrial*, divulgada em 21 de março, o horizonte mais positivo melhorou as expectativas em relação à demanda (54,7 pontos) e à quantidade exportada (52,5 pontos), apesar do desempenho ainda fraco do setor, que operou com apenas 63% de sua capacidade instalada, mesmo patamar desde dezembro de 2016. O pessimismo, porém, se mantém em relação ao emprego, que ficou em 48 pontos.

Evolução da produção na indústria



Indicadores de expectativa



Fonte: Sondagem Industrial – Ano 20 – Número 2 – Fevereiro de 2017

■ Demanda
■ Compra de matérias-primas
■ Emprego
■ Quantidade exportada

EXPORTAÇÕES GANHAM PESO NAS VENDAS INDUSTRIAIS

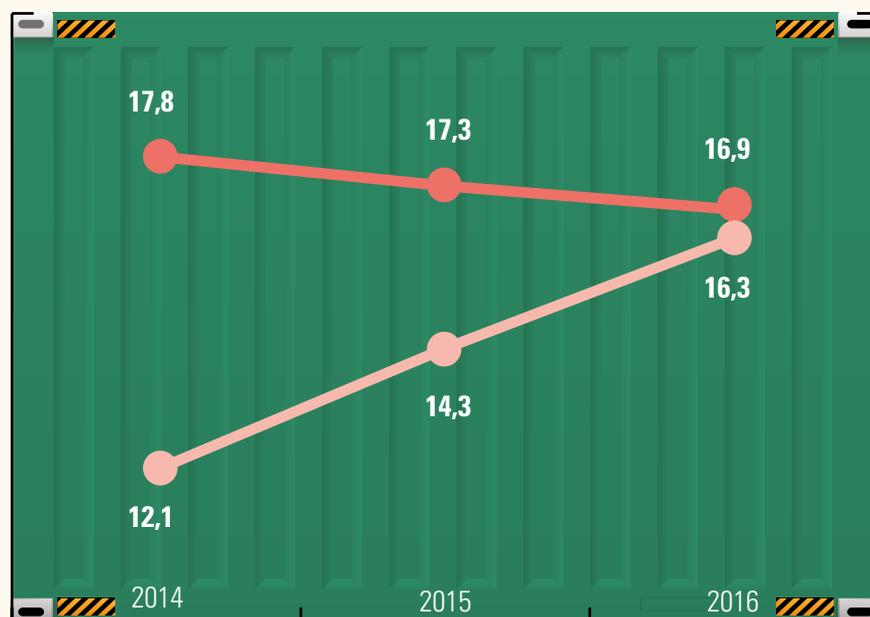
A parcela da produção industrial destinada ao mercado externo se tornou mais relevante, em 2016. Segundo a pesquisa *Coefficientes de Abertura Comercial*, divulgada em 9 de março, a indústria exportou 16,3% do que produziu (a preços constantes), no ano passado, frente a 14,3%, em 2015. Na contramão, a baixa demanda interna, devido à recessão econômica, fez com que a participação de importados no mercado doméstico caísse pelo terceiro ano consecutivo. Em 2016, a queda foi de 16,9%, ante 17,8%, em 2014.

Coefficiente de exportação* ■
Coefficiente de penetração de importações* ■

*preços constantes

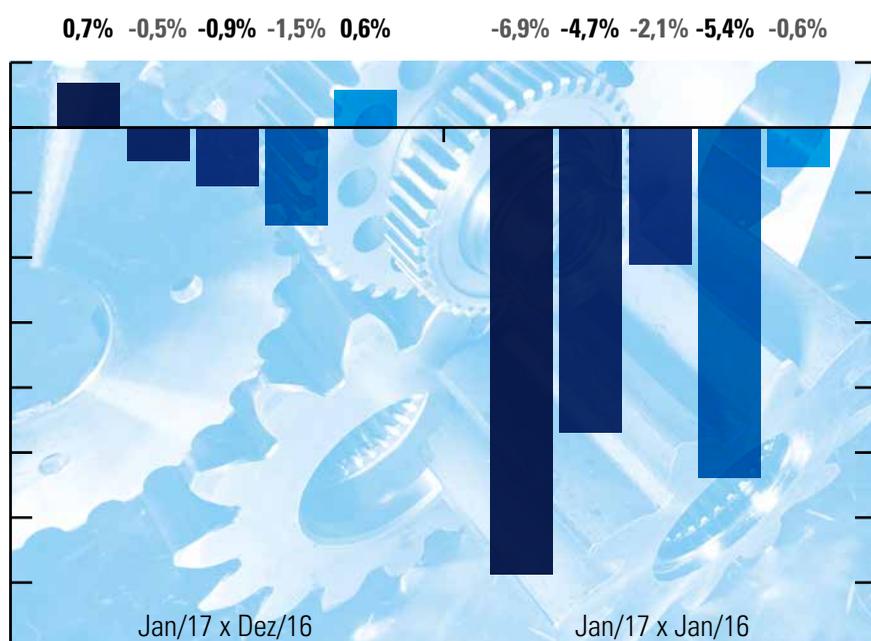
Fonte: *Coefficientes de Abertura Comercial – Ano 7 – Número 1 – 1º semestre/2017*

Evolução dos Coeficientes de Abertura Comercial



NÚMEROS POSITIVOS NÃO AFASTAM RECESSÃO

Comportamento dos indicadores de atividade industrial



Fonte: *Indicadores industriais – Ano 19 – Número 1 – Janeiro de 2017*

A alta de 0,7% no faturamento da indústria em janeiro, frente a dezembro, não foi suficiente para consolidar a recuperação da indústria. Pelo contrário, a pesquisa *Indicadores Industriais*, divulgada em 7 de março, revela que o setor ainda não superou a recessão. Os números deste início de ano se mostraram negativos em relação a janeiro de 2016, com quedas no faturamento real (6,9%), nas horas trabalhadas (2,1%), no emprego (4,7%), na massa salarial (5,4%) e no rendimento médio do trabalhador (0,6%). Apesar do cenário, a redução na taxa de juros e a inflação baixa podem ajudar a reaquecer o setor.

Faturamento real ■
Emprego ■
Horas trabalhadas ■
Massa salarial ■
Rendimento médio ■



EXPORTAÇÕES GAÚCHAS TÊM A MAIOR ALTA DESDE 2011

Em fevereiro, as exportações do Rio Grande do Sul registraram um crescimento de 8,7%, comparado com o mesmo período de 2016. Somente o setor industrial respondeu pelo montante de US\$ 846 milhões – 90,6% do total exportado – um crescimento de 8,3%, o maior registrado desde 2011. Ao todo, US\$ 934 milhões foram exportados pelo estado. O grupo das *commodities* aumentou 17,4% (US\$ 81 milhões). A soja caiu 2%, mas o trigo subiu 111,8%. A indústria de calçados exportou quatro milhões de pares, que geraram US\$ 72 milhões para o ramo.

PR PLANEJA INVESTIR EM PAPEL E CELULOSE

Cerca de 70% dos empresários do setor de papel, celulose, embalagens e artefatos do Paraná planejam ampliar seus investimentos nos próximos três anos. É o que revela a segunda edição do *Panorama Setorial da Indústria do Papel, Celulose, Embalagens e Artefatos* – estudo conduzido pela Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), em parceria com o Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose (Sinpacel). Grande parte dos recursos deve ser direcionada à melhoria do processo produtivo, à qualificação da mão de obra e à modernização e manutenção do parque fabril.



FIER PREMIARÁ TEXTOS SOBRE RECICLAGEM

Estão abertas as inscrições para o *5º Prêmio FIER de Redação e Artigo Científico*, uma iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Roraima (FIER), que visa a estimular a pesquisa e a produção de textos acerca dos fatores que afetam a competitividade da produção industrial em Roraima e sua relação com o desenvolvimento local. A premiação tem categorias destinadas a estudantes, desde o 6º ano do Ensino Fundamental ao Superior. Este ano o tema será a importância da reciclagem para o meio ambiente. As inscrições vão até 31 de julho e a premiação acontecerá no dia 17 de outubro.



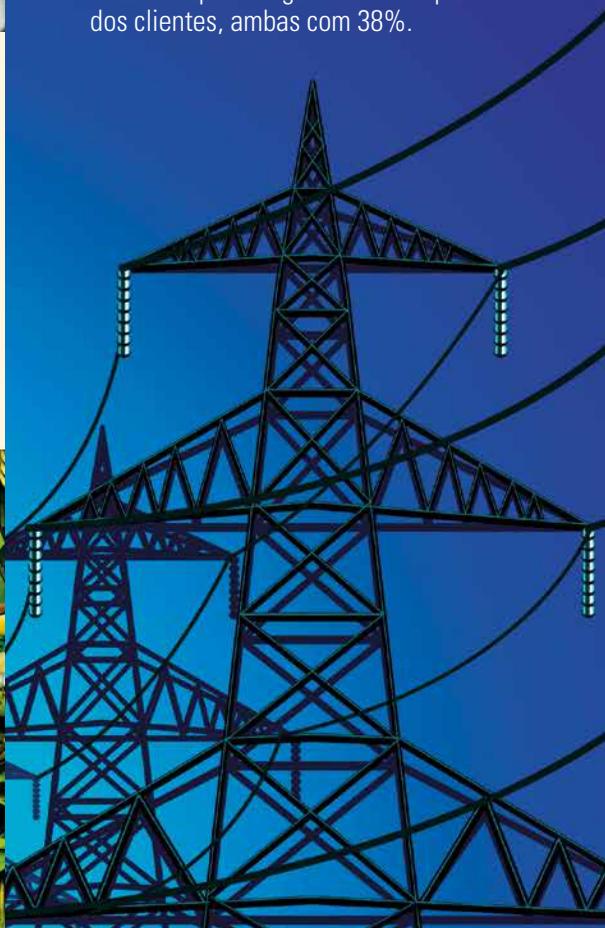
CRESCER PRODUÇÃO CAPIXABA EM JANEIRO

Pelo terceiro mês consecutivo, a produção industrial do Espírito Santo voltou a crescer. Em janeiro, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a alta foi de 4,1% em relação ao mês de dezembro, o melhor resultado do país. Na relação com janeiro de 2016, a indústria capixaba teve a segunda maior alta (13,4%), perdendo apenas para Pernambuco (14,1%), enquanto a média de crescimento da indústria nacional foi de 1,4%. De acordo com o IBGE, o aumento da produção no Espírito Santo ocorreu, principalmente, nas áreas da metalurgia e da indústria extrativa.



PESQUISAS MOSTRAM PRINCIPAIS PROBLEMAS DA INDÚSTRIA EM TO

O alto custo ou a falta de energia elétrica (42,11%) e a elevada carga tributária (44%) figuraram como os principais entraves da indústria de Tocantins, segundo as pesquisas *Sondagem Industrial* e *Sondagem Industrial da Construção*, referentes ao 4º trimestre de 2016, e realizadas pela Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO), com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na *Sondagem Industrial*, surgiram também queixas como competição desleal (36,84%) e inadimplência dos clientes (35,09%). Na *Sondagem da Construção*, foram citados como problemas, ainda, a falta de capital de giro e a inadimplência dos clientes, ambas com 38%.



GIRO GLOBAL



BREXIT COMEÇA E GERA INCERTEZAS

A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, comunicou formalmente às instituições da União Europeia (UE) a saída de seu país do bloco, o chamado Brexit. A decisão traz muitas incertezas, visto que a estrutura da UE era baseada em três economias fortes: a alemã, a francesa e a britânica. Especialistas estimam que, até 2020, o Reino Unido poderá perder 950 mil postos de trabalho. Além disso, a UE cobrará cerca de € 60 bilhões dos britânicos por ter apoiado obrigações financeiras de longo prazo durante sua adesão. O “divórcio” terá um prazo de dois anos para ser concluído, uma vez que a UE espera que o Brexit termine antes das eleições legislativas europeias de 2019, realizadas já sem o Reino Unido.

PERU PREPARA INDÚSTRIA PESQUEIRA PARA ENFRENTAR MUDANÇA CLIMÁTICA

Relatório elaborado pelo Ministério da Produção do Peru, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), apontou aumento de 1°C a 1,5°C, em média, da temperatura do mar, o que afastará a anchoveta das costas do Peru, principal componente da farinha de peixe. O Peru é o maior abastecedor mundial de farinha de peixe que, com as novas condições climáticas, será produzida com a utilização de outras espécies como sardinha, jurel e cavala, tolerantes à alta de temperatura.



PARLAMENTO EUROPEU APROVA ACORDO COM O CANADÁ

O acordo de livre comércio firmado entre a União Europeia (UE) e o Canadá – *Comprehensive Economic and Trade Agreement (Ceta)* – entrou provisoriamente em vigor em abril, após sete anos de negociações. Ele prevê uma redução das taxas aduaneiras para um grande número de produtos e uniformiza normas para favorecer intercâmbios, beneficiando, sobretudo, as pequenas empresas, que têm menos capacidade para suportar os encargos da burocracia. Estima-se que o acordo represente um estímulo para a economia de € 12,7 milhões anuais.

RÚSSIA SUPERA BRASIL NO MERCADO ALEMÃO DE CAFÉ INSTANTÂNEO

Diante da queda acentuada de suas exportações para a Ucrânia, em 2015, a Rússia teve de diversificar suas parcerias comerciais. Com isso, tornou-se um dos dez principais fornecedores de café instantâneo para a Alemanha, após abocanhar uma fatia de 5% das importações de café no país europeu, no segundo semestre de 2016, e ultrapassar Brasil, Suíça e Índia no mercado local. O país também passou a ser um dos cinco principais fornecedores de café instantâneo para Israel, seguido apenas pela Coreia do Sul e pelo Vietnã.



TATA CRIA CARRO DE BAIXO CUSTO PARA CONCORRER COM RENAULT

A multinacional automotiva indiana Tata Motors assinou um termo de cooperação com a Volkswagen para produção de um carro de baixo custo destinado a países em desenvolvimento. O veículo deve custar menos de US\$ 5 mil e se tornar um concorrente do modelo econômico Kwid, da Renault, que é produzido na própria Índia, na África do Sul e no Brasil. Segundo o especialista alemão em economia automobilística Ferdinand Dudenhöffer o mercado de carros de baixo custo pode abocanhar 15% de potenciais consumidores em países em desenvolvimento.



Foto: Foto by M / Shutterstock.com

ENERGIA LIMPA E EFICIENTE

SENAI RENOVA, ATÉ 2018, CONVÊNIO COM SOCIEDADE ALEMÃ DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (GIZ) PARA CAPACITAR MÃO DE OBRA NO USO DAS ENERGIAS EÓLICA, SOLAR TÉRMICA, FOTOVOLTAICA E DE BIOGÁS

O setor produtivo brasileiro tem apostado e impulsionado o uso de energia elétrica de fontes renováveis como a energia solar, a eólica e a de biocombustíveis para reduzir custos de produção e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento social, econômico e ambiental de caráter sustentável. Nesse cenário, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) tem aprimorado a capacidade de formar mão de obra para esse segmento em busca da eficiência energética.

Em março de 2016, o SENAI renovou a parceria com a GIZ (Sociedade Alemã de Cooperação Internacional) para incrementar a capacitação de profissionais no manuseio de tecnologias e técnicas inovadoras de uso das energias eólica, solar térmica, fotovoltaica e de biogás. Há seis

anos, a GIZ desenvolve ações na área de energia renovável junto ao SENAI nas indústrias de transformação, de construção civil e de saneamento.

O convênio inclui distribuição de currículos e materiais didáticos, definição de equipamentos mais adequados aos centros de treinamento, capacitação de instrutores e professores e oferta de cursos variados. Na área de consultoria tecnológica, são fornecidos conteúdos técnicos, formação de pessoal e *coaching* em soluções de tecnologia e inovação.

A parceria Brasil-Alemanha deve durar até julho de 2018. “Essa é uma oportunidade de testarmos as nossas capacidades em projetos reais, com assessoria da GIZ, e valer-nos dos resultados de avaliações independentes”, ressalta o

gerente-executivo de Relações Internacionais do SENAI, Frederico Lamego. “O foco está na transferência de tecnologia alemã nesses temas e em agregar valor à formação dos docentes e programas educativos do SENAI”, complementa. As ações são financiadas com recursos do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) alemão.

Desde a primeira fase dessa parceria, em 2009, os currículos de formação foram elaborados e cerca de 185 docentes e técnicos do SENAI receberam capacitação, com visitas técnicas à Alemanha. O projeto já mapeou as demandas de mão de obra qualificada no setor e elaborou um itinerário nacional para formação de pessoal. Também apoiou a instalação de centros de treinamento em Taguatinga (DF), Belo Horizonte (MG),



Fortaleza (CE), Natal (RN) e São Paulo (SP). Definiu, ainda, pré-projetos para identificar a demanda na indústria nacional em eficiência energética.

A inauguração do Centro de Treinamento em Energia Solar de Taguatinga, em junho de 2016, é um dos frutos da exitosa parceria. O espaço foi montado com o apoio técnico da GIZ para formar profissionais de instalação de painéis solares fotovoltaicos e capacitar professores de várias unidades do SENAI no país.

Os recursos vieram do Fundo Solar, criado pelo organismo alemão de certificação de energias limpas, *Grüner Strom Label e. V.* (GSL), em parceria com a organização não governamental brasileira Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas na América Latina (IDEAL). Com o investimento, o SENAI-DF

adquiriu painéis solares fotovoltaicos e inversores para o Centro de Treinamento, que estão conectados à rede elétrica urbana, o que permite a venda do excedente de energia produzida para a concessionária local. “O telhado, coberto com material cerâmico e metálico, parecido com o que é usado em residências e indústrias, permite o aprendizado na escola de acordo com a realidade do dia a dia da prática profissional”, descreve Lamego.

O mercado de energia brasileiro, assim, segue o compasso do resto do mundo, com o progresso tecnológico e as economias de escala reduzindo o custo das energias renováveis.

A América Latina é líder no mercado de energia limpa, em grande parte, pela abundância de energia hidrelétrica

disponível na região, proveniente, principalmente, das bacias hidrográficas brasileiras, embora ainda se encontre resistência à construção de grandes barragens em áreas ambientalmente sensíveis.

A matriz energética brasileira é composta por 61,4% de energia advinda de hidrelétricas; 8,8%, de biomassa; 6,4% originária de energia eólica; e 0,01% de solar, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 2018, o país deverá estar entre os 20 países com maior geração de energia solar do planeta, de acordo com dados da Agência Internacional de Energia (IEA). Até lá devem surgir, pelo menos, 60 mil novos postos de trabalho vinculados a essa área, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).



Centro de Treinamento de Energia Solar de Taguatinga (DF) oferece formação na área fotovoltaica

CENTRO DE TREINAMENTO EM ENERGIA SOLAR DE TAGUATINGA (DF)

CURSOS ABERTOS AO PÚBLICO



Profissionais de Eletricidade e Construção Civil poderão se capacitar com cursos específicos em geração fotovoltaica.



Aquecimento de água

Em energia solar térmica, os cursos preparam os profissionais para medição de cargas térmicas, dimensionamento de equipamentos, apuração de especificações técnicas e realização de manutenções de sistemas.



Energia elétrica

Em energia solar fotovoltaica, os cursos orientam a medir cargas elétricas, conferir equipamentos, avaliar especificações técnicas e dar suporte aos sistemas.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cni brasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cni br/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/cni-brasil>

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaibr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>
<https://www.linkedin.com/company/sesi-nacional>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/iel-nacional>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA